

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

A ADOÇÃO DAS IFRS EM CABO VERDE:
FATORES INFLUENCIADORES

RAQUEL HELENA TEIXEIRA DE CARVALHO

OUTUBRO 2019

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

A ADOÇÃO DAS IFRS EM CABO VERDE:
FATORES INFLUENCIADORES

RAQUEL HELENA TEIXEIRA DE CARVALHO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR ALCINO TIAGO GONÇALVES

OUTUBRO 2019

RESUMO

Este trabalho visa estudar os fatores que influenciaram o processo de adoção das IFRS em CV, mais concretamente no sistema contabilístico das empresas do sector não financeiro. O estudo está debruçado sobretudo a partir da implementação do PNC, até ao momento presente onde está em vigor o SNCRF implementado em 2009.

O processo de globalização tem contribuído para a aproximação dos países à escala mundial, e não foi diferente no caso de CV. Mesmo se tratando de uma pequena economia insular, o país tem procurado inserir-se no mercado mundial onde a principal via adotada é através da captação de investimento externo. As principais conclusões do estudo desenvolvido apontam para a existência de uma forte relação entre o sistema político do país e o seu sistema económico, que de forma conjunta influenciam a sua normalização contabilística. Com o objetivo de captar investimento externo, uma das políticas aplicadas foi a privatização do sector público o que veio acrescer exigências às normas aplicadas no país. Os resultados sugerem que há uma forte presença de instituições internacionais, como é o caso do FMI e do BM, no aconselhamento do país ou até em alguns casos exigências por parte destas instituições relativamente às normas aplicadas. Também foi possível concluir que CV sofre uma forte influência por parte de Portugal a nível da contabilidade, nomeadamente em relação às normas e ao sistema educacional.

Palavras-chaves: Normativo Contabilístico, Harmonização Contabilístico, IFRS, Cabo Verde, Estudo de Caso.

ABSTRACT

This paper aims to study the factors that influenced the IFRS adoption process in CV, specifically in the accounting system of non-financial sector companies. The study focuses mainly on the implementation of the PNC, up to the present moment where the SNCRF was implemented in 2009.

The globalization process has contributed to the approximation of countries worldwide, and it was no different in CV's case. Even though it is a small island economy, the country has sought to enter the world market where the main route adopted to do so is by attracting foreign investment. It can be concluded that there is a strong relationship between the country's political system and its economic system, which together influenced the accounting standardization in CV. As the country's main objective is to attract foreign investment, one of the policies applied was the privatization of the public sector, which added requirements to the rules applied in the country. The results suggest that there is a strong presence of international institutions, such as the IMF and WB, counseling the country's government and in some cases requiring certain rules to be applied. It was also possible to conclude that CV is heavily influenced by Portugal's accounting system, namely regarding its norms and educational system.

Key-Words: Accounting Standards, Accounting Harmonization, IFRS, Cape Verde, Case Study.

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de altos e baixos, e as nossas conquistas apenas são o reflexo do esforço empenhado em cada batalha. Foi essa a frase que me acompanhou desde o primeiro dia que cheguei em Portugal, uma realidade diferente da qual estava habituada, novas responsabilidades, novos desafios, uma vida nova. Não tenho palavras para agradecer à minha mãe, o meu exemplo em pessoa, aquela que para além de me ter ensinado a ser uma pessoa melhor a cada dia, sempre esteve do meu lado mesmo estando longe. Palavras não chegam para te agradecer.

Grata pela orientação do Professor Doutor Alcino Tiago Gonçalves, pelo interesse demonstrado no estudo, pela orientação e apoio durante este período, pelo profissionalismo e acima de tudo, pela oportunidade de trabalhar com ele.

Agradeço também aos entrevistados pela disponibilidade em contribuir para o estudo, pelo tempo e por toda a informação fornecida. Sem essa ajuda o trabalho não seria possível.

Um agradecimento especial à minha avó por sempre ter sido uma segunda mãe para mim, por todo o amor e carinho, às minhas primas Mara e Márcia por serem minhas parceiras em todos os momentos, as minhas irmãs para a vida. Aos meus familiares que sempre confiaram em mim, muito obrigada.

Por fim agradeço aos verdadeiros amigos por todas as palavras amigas e principalmente pelo ombro em momentos mais complicados. Pelas palavras de conforto, e pelos pequenos, mas grandes gestos, muito obrigada!

O senhor é o meu pastor e nada me faltará...

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
ÍNDICE.....	iv
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	vi
CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2- REVISÃO DA LITERATURA.....	2
2.1 Harmonização contabilística internacional.....	2
2.2 A Evolução da harmonização contabilística internacional.....	5
2.3 Teorias sobre a normalização contabilística	7
2.3.1 <i>Signalling theory</i>	8
2.3.2 <i>Capture theory</i>	8
2.3.3 <i>Bushfire theory</i>	8
2.3.4 <i>Public interest theory</i>	9
2.3.5 <i>Ideology theory of regulation</i>	9
2.4 Fatores que influenciam a normalização contabilística	10
2.4.1 Fatores políticos e económicos.....	10
2.4.2 Sistema legal.....	14
2.4.3 Sistema fiscal.....	14
2.4.4 Sistema educacional	15
2.4.5 Abertura Internacional.....	16
2.4.6 Cultura	16
2.5 QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 3- METODOLOGIA E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO.....	17
3.1 Metodologia.....	17
3.2 Etapas percorridas no trabalho.....	18
CAPÍTULO 4- O CASO DE CABO VERDE.....	20
4.1 Visão história da normalização contabilística em Cabo Verde	20
4.1.1 Período colonial- 1460 a 1975.....	20
4.1.2 Período de 1975 a 1983	21
4.1.3 Período de 1984 a 1990	21
4.1.4 Período de 1991 a 2003	22
4.1.5 Período de 2008 até ao presente	23

CAPÍTULO 5- ANÁLISE DE RESULTADOS.....	24
5.1 O sistema político	24
5.2 O sistema económico	25
5.3 Mercado de Capitais	26
5.4 Propriedade e organização das empresas	27
5.5 Sistema legal	28
5.6 Sistema fiscal	29
5.7 Sistema educacional.....	30
5.8 Abertura internacional	31
5.9 Influência cultural	33
5.10 Síntese dos resultados.....	34
CAPÍTULO 6- CONCLUSÕES	35
6.1 Síntese do trabalho desenvolvido	35
6.2 Contributos práticos	36
6.3 Limitações do estudo e sugestões para trabalhos futuros	36
REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS	37
Anexos.....	45
Anexo A- Caracterização dos Sistemas Contabilísticos (Nobes, 1998).....	45
Anexo B- Modelo conceptual.....	46
Anexo C- Guião de entrevista	46
Anexo D- Entrevistas realizadas no âmbito do trabalho	48
Anexo E- Critérios para a validade e fiabilidade do estudo	48
Anexo F- República de Cabo Verde (breve abordagem)	50

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco Mundial
CE	Comissão Europeia
CESR	Committee of European Securities Regulators
CNNC	Comissão Nacional de Normalização Contabilística
CV	Cabo Verde
DL	Decreto-Lei
EU	União Europeia
FASB	Financial Accounting Standard Board
FIDEF	Federação Internacional dos Contabilistas e Auditores da Francofonia
FMI	International Monetary Fund
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standard Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IFAC	International Federation of Accountants
IFRIC	International Financial Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
IMF	International Monetary Fund
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOSCO	International Organization of Securities Commissions
IRPC	Código do Imposto dos Rendimentos das Pessoas Coletivas
IRPS	Código do Imposto dos Rendimentos das Pessoas Singulares
ISCAL	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

ISCEE	Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MPD	Movimento para a Democracia
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
NRF	Normas de Relato Financeiro
NRF-PE	Normas de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPACC	Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados
PAFA	Pan African Federation of Accountants
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNC	Plano Nacional de Contabilidade
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SEC	Securities and Exchange Commission
SIC	Standing Interpretations Committee
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro
US GAAP	US Generally Accepted Accounting Principles
WB	World Bank

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO

O constante desenvolvimento das economias a nível internacional e as divergências entre os normativos de cada país que vão surgindo, representam uma barreira para o estabelecimento de relações comerciais entre as partes. Essas divergências geram dificuldades no que toca à comparabilidade de informações contabilísticas, o que faz com que a preparação das informações contabilísticas com base em apenas um normativo específico não corresponda às necessidades agora existentes (Zeghal & Mhedhbi, 2006).

Neste contexto de uma crescente necessidade de harmonização contabilística, normas que independentemente do país onde se esteja permita a comparabilidade das informações, é que surgem as normas internacionais que vêm tornar o modo como as entidades elaboram as suas contas mais homogêneas. Essas normas contabilísticas e de relato financeiro hoje em dia são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board* (IASB), e adotadas por um grande número de países.

Para além dos países desenvolvidos que estão muito envolvidos nessa questão da harmonização contabilística, alguns países em desenvolvimento também têm adotado as normas internacionais, como é o caso de Cabo Verde (CV). CV trata-se de um arquipélago localizado na costa ocidental africana, um país com uma pequena economia insular muito baseada nas relações que estabelece com o exterior, e muito dependente do investimento externo. Com uma forte componente estrangeira na composição da sua economia, a necessidade de um normativo que permita o entendimento e a comparabilidade por parte dos investidores torna-se crucial.

Este trabalho de investigação se baseia num estudo de caso sobre CV, mais concretamente sobre os fatores que influenciaram a adoção das IFRS no sistema contabilístico das empresas não financeiras. Foi possível constatar que o sistema político e económico adotado pelo país, juntamente com a sua forte orientação para economias internacionais, principalmente para países europeus, com vista à sua inserção económica nesses mercados foram fatores preponderantes nesse processo.

CV é um país africano com poucos recursos naturais, com uma situação política e económica estável e que mantém uma relação cordial com o ex colonizador. Desta forma, se torna um caso único no contexto africano no que toca ao historial de adoção das IFRS.

O trabalho está estruturado em 6 capítulos: 1º- introdução; 2º- revisão de literatura; 3º- metodologia e método de investigação do trabalho; 4º- visão histórica da normatização contabilística em CV; 5º- análise dos resultados; 6º- Conclusões do trabalho.

CAPÍTULO 2- REVISÃO DA LITERATURA

Cada vez mais com o aumento das relações comerciais internacionais, um sistema único de elevada qualidade permite facilitar as negociações, a diminuição do custo de capital, e o *cash flow* (Epstein, 2009). Com esse propósito o IASB preparou e publicou as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), as quais vieram a se tornar uma referência mundial (Dumontier & Raffounier, 1998).

Não há previsão de quantos países já adotaram as IFRS, mas alguns já tiveram a iniciativa de adotá-los ou adaptá-los à sua realidade. Segundo Zeghal & Mhedhbi (2006: pp. 374), espera-se que a harmonização contabilística venha a ser “um processo que aumente a qualidade e a credibilidade da informação contabilística e melhore o fluxo de capital e investimento, resultando em crescimento económico”.

2.1 Harmonização contabilística internacional

Durante as últimas décadas, a economia mundial tem vivenciado profundas alterações que têm conduzido a uma expansão das fronteiras entre os diversos países. Este fenómeno fez desencadear o que é conhecido por Globalização Económica. A globalização económica segundo Shangquan (2000) é consequência do comércio transfronteiriço, da difusão cada vez mais rápida das tecnologias e do fluxo internacional de capital, resultando numa correlação entre as economias mundiais. Assim, é preciso adaptar os sistemas dos diversos países a esta nova realidade mundial, incluindo as normas contabilísticas através das quais regem as suas transações.

Com o desenvolvimento do comércio internacional, os utilizadores das informações financeiras têm tomado as suas decisões com base em aspetos mais amplos, não fazendo as suas escolhas tendo em conta apenas as normas nacionais, o que faz com que a preparação das informações contabilísticas com base no normativo específico de um país não satisfaça mais as suas necessidades (Zeghal & Mhedhbi, 2006). Com isto, é possível observar a necessidade da criação de um sistema de normas contabilísticas que possam ser aplicadas de forma geral a todos os países.

Outros aspetos que vieram enfatizar a necessidade da construção de um sistema que transmita segurança aos utilizadores das informações financeiras divulgadas são casos de escândalos contabilísticos, como é o caso da Enron associado à contabilidade criativa, e a crise financeira da Ásia em 1997 (Medeiros, 1998).

Uma das maneiras mais eficazes de comunicação na relação entre os gestores, investidores e o mercado é através da divulgação da informação nos relatórios financeiros (Branco & Góis, 2013), logo estes devem transmitir segurança aos seus recetores.

Kogan, Levin, Routledge, Sagi & Smith (2009) definem o relatório financeiro como sendo, um mecanismo do mundo financeiro que contém uma grande quantidade de informações sobre as empresas, o seu valor e que é delineado pelo Estado. Já para Ball (2006), o relatório financeiro é um instrumento de extrema importância económica visto que é responsável pela descrição exata e independente dos resultados reais de uma entidade. Alguns autores reconhecem que ao divulgar informações pertinentes e oportunas, os relatórios financeiros contribuem para a diminuição da assimetria de informação (Healy & Palepu, 2001), e um dos motivos para que isso aconteça pode estar associado ao aumento do acompanhamento de analistas (Frankel & Li, 2004).

Tendo em conta o referido anteriormente pode-se definir o relato financeiro como sendo toda a informação divulgada pela empresa com o objetivo de dar a conhecer a real situação da própria, e servir de auxílio aos investidores na tomada de decisões quanto à afetação de recursos ao capital da empresa.

Com base no exposto acima, soluções têm sido procuradas pelas autoridades reguladoras com vista a evitar que divergências contabilísticas causem constrangimentos ou permitam o desenvolvimento de contabilidades “criativas”. Desta forma pretendem garantir a confiança dos utilizadores na informação divulgada nos relatórios financeiros. Algumas das iniciativas tomadas nesse sentido foram a harmonização das normas contabilísticas e práticas a nível internacional.

Mustata & Matis (2007) apontam para a existência de dois tipos de harmonização contabilística: a formal e a material. Segundo os autores, quando se refere à harmonização forma se fala sobre a forma como as normas são escritas, e a material se relaciona com o nível de compatibilidade existente entre o que é aplicado e o que é realmente estipulado nas normas internacionais.

Com o processo da globalização as empresas se têm tornado cada vez mais internacionais na medida em que mantêm relações com entidades de diversos países. Neste sentido é preciso que haja uma certa comparabilidade nas informações trocadas entre si, sendo que esta é uma das características da harmonização contabilística, visto que as informações se tornam mais homogêneas (Zeghal & Mhedhbi, 2006).

Um meio existente para se alcançar a harmonização contabilística é através das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC)¹. Estas para serem de aplicação internacional, é necessário que tenham em linha de conta as diferenças existentes nos sistemas contabilísticos (Krisement & Strasse, 1997; Joos & Lang, 1994).

Nobes (1998) definiram os fatores que podem influenciar os sistemas contabilísticos de diferentes países. Os fatores evidenciados por estes foram o sistema legal, o meio de financiamento utilizado pelas empresas, o poder da profissão contabilística e a relação existente entre a contabilidade e a fiscalidade. (*Consultar Anexo A*). Para Krisement & Strasse (1997) as diferenças entre os sistemas contabilísticos podem ser explicadas através desta diversidade contabilística, assim como para alguns autores esta diversidade pode influenciar decisões de empresas que optem por políticas contabilísticas diferentes (Watts & Zimmerman, 1978).

Zeghal & Mhedhbi (2006) apontam como benefícios da harmonização contabilística o aumento da qualidade e da comparabilidade que esta permite entre as informações contabilísticas. Um maior desenvolvimento dos mercados de capitais, a simplificação de operações financeiras, a diminuição dos custos de auditoria e o aumento da sua eficiência, o aumento da vantagem competitiva entre as empresas, a diminuição dos custos de recolha de informação, para além do aumento da comparabilidade entre as informações, são também benefícios obtidos com esta harmonização.

Segundo a abordagem de Bushman & Smith (2001), informações contabilísticas de qualidade possibilitam a diminuição do custo de capital de três formas diferentes: redução do risco de informação, onde se identifica de melhor forma os bons e os maus investimentos; redução do risco de expropriação, que permite uma melhor avaliação do

¹ As NIC correspondem às IFRS. Neste trabalho o termo IFRS é o que será utilizado para fazer referência às normas internacionais de contabilidade.

desempenho dos gestores; e a redução dos custos de transação, o qual é possível através da diminuição da assimetria de informação.

Apesar dos inúmeros benefícios aqui mencionados, a harmonização acarreta algumas dificuldades na sua implementação. Essas dificuldades podem ser divididas em dois grupos, os obstáculos diretos e os indiretos. Os obstáculos diretos são aqueles que derivam do processo de convergência, nomeadamente do nacionalismo (países que rejeitam a implementação de outras normas que não sejam as suas, por considerarem ser de qualidade inferior, por exemplo os Estados Unidos) e conflitos organizacionais e profissionais (relacionado com conflitos de interesse). Já os indiretos relacionam-se com os fatores que influenciam a diversidade contabilística: o nível de desenvolvimento económico, a inflação, o sistema legal, os impostos, as ligações políticas e económicas, o nível de educação e cultura, e as fontes de financiamento (Cordeiro & Couto, 2008).

2.2 A Evolução da harmonização contabilística internacional

Esforços veem sido feitos por diversas entidades, como é o caso do IASB e da União Europeia (EU), por forma a melhorar a informação financeira adaptando-a ao contexto internacional, através da harmonização das regras contabilísticas entre os diversos países (Callao, Jarne & Laínez, 2007). Fundada em 1973 em Londres, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) é uma entidade criada com o objetivo de desenvolver normas de relato financeiro aceites internacionalmente. Começaram pela publicação das *International Accounting Standards* (IAS) com o principal objetivo de uniformizar os requisitos dos relatórios financeiros das empresas europeias (Ames, 2013), permitindo assim uma maior comparabilidade entre elas (Ashbaugh & Pincus, 2001).

No início dos anos 90, o IASC e o *Financial Accounting Standard Board* (FASB) começam a trabalhar juntos em busca de normas de qualidade e que fossem universalmente aceites. Neste contexto deu-se a origem ao grupo denominado de G4+1, constituído por quatro normalizadores anglo-americanos: do Reino Unido, dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália. Entre 1994 e 2000 o grupo publicou 12 artigos sobre os temas: *hedge accounting*, concentrações de atividades empresariais, *leases*, provisões e pagamento com base em ações, entre outros. O grupo cessou as suas atividades em 2001 logo após à reestruturação do IASC.

No ano de 1995 estabeleceu-se um acordo entre o IASC e o *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), com o intuito do IASC completar um conjunto de normas que estivessem de acordo com as exigências do IOSCO para a posterior aplicação nos seus membros, para efeitos de ofertas públicas internacionais e cotação nas bolsas nos mercados globais. Em maio de 2000, o Presidente do IOSCO recomenda aos seus membros que as entidades cotadas adotem as normas do IASC, após um estudo minucioso de 30 IAS e as suas respetivas interpretações técnicas *Standing Interpretations Committee* (SIC) (IOSCO, 2000). No mês de junho do mesmo ano a Comissão Europeia (CE) anuncia o plano de ação onde se deveria passar a exigir às empresas negociadas na bolsa da EU a adoção das IAS até 2005. Esta estratégia veio concretizar-se com a aprovação do Regulamento (CE) nº 1606/2002 de 19 de julho, por parte do Parlamento e Conselho Europeu.

Em 2001 após a reestruturação o IASC ressurgiu com o nome de IASB. As normas emitidas até então eram designadas por IAS e as suas respetivas interpretações de SIC, e as emitidas após a reestruturação passaram a ser chamadas IFRS e as suas interpretações de *International Financial Interpretations Committee* (IFRIC).

Em 2001 e 2002 uma das prioridades do IASB foi iniciar um processo de convergência com o FASB com o intuito de emitirem normas contabilísticas de qualidade e que estivessem de acordo com as exigências que estavam sendo feitas pelo *Securities and Exchange Commission* (SEC) (Pacter, 2005). Em 2002, após a primeira reunião conjunta formal entre o IASB e o FASB foi assinado o “Acordo de Norwalk”, onde o objetivo era num menor prazo possível tornar as normas mais compatíveis entre si para a elaboração dos relatórios financeiros. No ano seguinte, o *Committee of European Securities Regulators* (CESR) publica uma recomendação de encorajamento às empresas europeias cotadas para que estas forneçam ao mercado, informações adequadas e úteis acerca da fase de transição para as IFRS (CESR, 2003). Em 2007 foi o ano em que o SEC reconhece a importância da existência de um sistema de normas contabilísticas internacional, colocando assim um fim na exigência de reconciliação das demonstrações financeiras com a US Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), através da anulação do modelo 20-F (SEC, 2007). Já em 2009 foi lançada uma norma para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), com o objetivo de simplificar o uso das normas do IASB por parte das PMEs.

A literatura se tem debruçado muito sobre o estudo do impacto da adoção das IFRS pelas empresas. Zhou, Xiong & Ganguli (2009) estudam o impacto da adoção das IFRS na gestão dos resultados numa amostra de empresas chinesas em que o resultado evidenciou que com a adoção das IFRS houve uma diminuição na gestão dos resultados das empresas. Deste modo se pode afirmar que uma das vantagens da adoção das IFRS é a diminuição da gestão de resultados nas empresas.

2.3 Teorias sobre a normalização contabilística

Teorias surgiram ao longo do tempo para explicar a normalização contabilística e de certa forma prever quando e porquê da regulação dos sistemas contabilísticos. Alguns autores da ideia de que não há necessidade de uma regulação visto que o mercado funciona de forma eficiente, ou seja, sob concorrência perfeita, e de forma natural os agentes que nele atuam agirão em conformidade com os interesses da sociedade alocando de forma eficiente os recursos. No entanto existem autores que não acreditam que o mercado funcione sempre em função dos interesses da sociedade em geral, e por isso defendem a necessidade de uma intervenção na regulação (Gaffikin, 2005).

Para Mitnick (1980), a regulação dá-se quando uma entidade que não esteja envolvida de forma direta, fiscaliza tendo em conta normas pré-estabelecidas, as escolhas de atuação por parte dos sujeitos. A regulação pode ser vista como sendo um conjunto específico de diretrizes que orientam o funcionamento do mercado e diferentes são os motivos que justificam a sua utilidade. Segundo Graffikin (2005) uma das razões apontadas para a necessidade de uma regulação é a existência de *profit skimming*².

As teorias mais conhecidas que justificam o porquê ou não da opção pela regulação do sistema são a *Signalling theory* (Teoria do sinal), *Capture theory* (Teoria da captura), *Bushfire theory*, *Public interest theory* (Teoria do interesse público) e a *Ideology theory of regulation*.

² *Profit skimming* ocorre quando os fornecedores apenas fornecem aos clientes que lhe garantem um maior retorno, ignorando os restantes do mercado.

2.3.1 Signalling theory

A *Signalling theory* também conhecida por *theory of disclosure regulation* (Bushman & Landsman, 2010), baseia-se no pressuposto de que os mercados são de concorrência perfeita. Logo, as próprias empresas fazem uso da divulgação de informação como meio de aumentarem o seu valor e diminuírem o seu custo de capital (Rankin, Stanton, McGowan, Ferlauto & Tilling, 2012), obtendo assim vantagens uma sobre as outras. Nestas condições, parte-se do princípio de que as entidades que não divulguem seus relatórios financeiros ou que nestes omitam informações importantes, são entidades pouco transparentes.

Rankin *et al.* (2012) afirmam que segundo esta teoria as empresas de forma independente sentem-se motivadas a divulgarem cada vez mais as suas informações, e as que não divulgam sentem-se na necessidade de divulgarem os seus relatórios financeiros, pois caso contrário serão vistas como empresas de baixa qualidade.

2.3.2 Capture theory

Segundo a *Capture theory*, os beneficiários da regulação não são os consumidores nem o público, mas sim os que estão sendo regulados evidenciando assim o envolvimento de grupos de interesse (Rankin *et al.*, 2012).

Stigler (1971) sugere que a regulação existe para beneficiar os próprios que são regulados, baseando-se no pressuposto económico de que as pessoas atuam em conformidade com os seus próprios interesses. Segundo esta teoria, a regulação faz parte da estratégia dos grupos de interesse como forma de promoverem o seu bem-estar individual (Posner, 1974 citado por Roberts & Kurtenbach, 1998). De acordo com o mesmo autor, a regulação é voltada a favor dos que oferecem vantagens aos responsáveis pela regulação, com por exemplo votos e contribuições políticas.

2.3.3 Bushfire theory

Os defensores da *Bushfire theory* apontam para a regulação como sendo o resultado de uma crise ou escândalo contabilístico. Embora estes escândalos não ocorram de forma regular e não sejam espectáveis, segundo Rankin *et al.* (2012) são sempre alvos de muita atenção dos *media*, portanto as normas de regulação neste caso são criadas tendo em conta os acontecimentos passados. Para o mesmo autor pode-se concluir que, as normas de regulação estabelecidas nestes casos nem sempre refletem as melhores decisões,

ou seja podem ser normas que não sejam necessariamente de uso, mas são normas que são compreensíveis para o público.

2.3.4 *Public interest theory*

A *Public interest theory*, ou como conhecido em português, a teoria do interesse público opõe-se à teoria do sinal. Esta teoria defende que, visto que o mercado não funciona de forma perfeita, as normas devem existir por forma a corrigir as externalidades existentes. Essas externalidades devem ser corrigidas em função do interesse público, logo essa regulação tem como objetivo atingir os resultados desejados pela comunidade e que o mercado agindo por si só não teria condições de atingir (Graffikin, 2005). Com base nessa teoria a intervenção do Estado deve-se à necessidade de proteger o público por forma a que o interesse destes continuem a ser satisfeitos ou pelo menos permaneçam a níveis aceitáveis (Posner, 1974 citado por Roberts & Kurtenbach, 1998).

Segundo Rankin *et al.* (2012), esta teoria baseia-se em dois pressupostos: os mercados se não forem regulados funcionam de forma ineficiente devido à sua fragilidade; e a regulação praticamente não acarreta custos. Nestes casos a normalização contabilística deve-se à necessidade de adequar a informação contabilística, visto que o mercado é ineficiente.

2.3.5 *Ideology theory of regulation*

Esta teoria é entendida como uma extensão da *Public interest theory* mas com um foco diferente. Enquanto que na *Public interest theory* o foco da regulação é conformidade com os interesses públicos, nesta teoria as normas de regulação destinam-se a favorecer os chamados de grupos de pressão (Bushman & Landsman, 2010). Rankin *et al.* (2012) veem a pressão como sendo uma ferramenta pelo qual tornam-se os reguladores conhecedores das questões políticas. Acredita-se nestes casos que a regulação está relacionada mais com uma competição pelo poder do que pela defesa dos interesses públicos. Segundo Graffikin (2005), a regulação é vista como sendo o resultado da relação entre diferentes grupos de interesse entre si e destes com o Estado.

Esta teoria defende que as doutrinas políticas dos reguladores e o impacto dos interesses dos grupos de pressão, é que determinarão a eficácia da regulação (Rankin *et al.*, 2012).

2.4 Fatores que influenciam a normalização contabilística

Perante este processo de integração dos mercados internacionais que temos vivido conhecido por Globalização, cada vez mais são os países que optam pela adoção das normas internacionalmente aceites.

Na literatura existem estudos acerca dos motivos pelos quais existem diferenças na contabilidade dos diferentes países (exemplo: Ali & Ahmed, 2007 e Gray, 1988). Diversos são os fatores, apontados por estes e outros autores, que influenciam a forma como o sistema contabilístico de um país é estabelecido e a forma como vai evoluindo ao longo dos anos. Os fatores apontados pelos autores como sendo fatores importantes na construção do sistema contabilístico de um país são fatores políticos e económicos, o sistema fiscal, o sistema legal, o sistema educacional, os fatores internacionais e a cultura.

2.4.1 Fatores políticos e económicos

2.4.1.1 Sistema político

As normas contabilísticas refletem o resultado de ações políticas (Barbu, 2009).

De acordo com Belkaoui (1983), o ambiente político de um país pode influenciar de forma direta e indireta o desenvolvimento do seu sistema contabilístico. De forma direta, o ambiente político de um país, os seus direitos políticos e civis afetam o desenvolvimento do seu sistema contabilístico. Visto que o sistema político pelo qual um país se rege influencia o desenvolvimento da sua cultura e da sua economia, por conseguinte de forma indireta afeta as suas normas contabilísticas. O mesmo autor alega que, dependendo se o sistema político do país corresponder a uma ditadura ou democracia, de diferente forma irá afetar a cultura do país e assim de maneira distinta influenciará a economia, portanto diferente impacto terá nas normas de contabilidade.

Alguns autores afirmam que o ambiente económico de um país é influenciado pela sua estabilidade política e monetária, o que acaba por influenciar o sistema contabilístico do próprio país (HassabElnaby, Epps & Said, 2003). Neste sentido, países mais estáveis politicamente são países que influenciam o crescimento da economia num sentido positivo, e este por sua vez quanto mais avançado estiver maior é o grau de complexidade das normas que as suas transações exigem.

Foi feito um estudo relativamente ao desenvolvimento do sistema contabilístico no Gana, onde se analisa os fatores que influenciaram a evolução da contabilidade no país (Assenso-Okofu, Ali & Ahmed, 2011). O fator político é pelos autores apontado como um elemento que afetou o progresso da atividade contabilística do país, dado que se trata de um país que mesmo após a sua independência sofreu com algumas instabilidades políticas. Após a independência durante a década de 1960, teve um período de partido único o qual foi acompanhado de repetidos golpes de Estado militares e ditadura. Entre 1966 e 1992, vivenciou um período de regime civil intermitente o qual juntamente com os acontecimentos passados afetou a sua direção política. Para além dos fatos explicitados anteriormente, o Gana é um país que sofreu em termos socioeconómicos muito com a falta de liberdade de imprensa, de expressão e económica. Posto isto, os autores afirmam que os acontecimentos desde a independência até 1992 afetaram de forma negativa o nível de divulgação de informações e na qualidade dos relatórios financeiros. Atualmente o sistema estável e democrático do país tem refletivo de forma positiva na qualidade e no nível de informação divulgadas nos relatórios financeiros. Assim pode-se concluir que a liberdade e estabilidade política favorece à divulgação de informação e consequentemente a uma melhoria na qualidade das informações contidas nos relatórios financeiros. Neste contexto surge a seguinte proposição:

P1: Países mais estáveis em termos políticos são mais viáveis de adotarem as IFRS.

HassabElnaby *et al.* (2003), num estudo sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento da contabilidade no Egito analisaram de entre outros fatores, a influência dos fatores económicos na evolução do sistema contabilístico do país. A informação que foi submetida à análise empírica respeita a um período de 37 anos, mais precisamente de 1961 a 1997. Os resultados encontrados por estes foram de acordo com o defendido por Cooke & Wallace (1990), onde o fator económico está positivamente correlacionado com o desenvolvimento da contabilidade do Egito.

2.4.1.2 Sistema económico

Segundo Adhikari & Tondkar (1992), o crescimento da economia de um país tem um efeito positivo no desenvolvimento do seu sistema contabilístico. Para Zeghal & Mhedhbi (2006), quanto mais a economia de um país se desenvolve maior é a sua necessidade de aperfeiçoar o sistema contabilístico, visto que aumenta a complexidade das relações

estabelecidas, o que requer um sistema e normas contabilísticas mais sofisticadas e de melhor qualidade.

Vários países têm tentado melhorar os seus sistemas contabilísticos desde a criação do IASB (Zehri & Chouaibi, 2013). Isto fez com que sistemas contabilísticos de diversos países tenham passado e continuem ainda num processo de constantes alterações, com vista a adaptarem-se às novas condições do mercado económico devido ao ambiente mais dinâmico deste no presente. Teoricamente, níveis mais altos de divulgação e práticas contabilísticas estão associados a economias mais avançadas. Na literatura há autores que defendem que, países com pouca atividade económica estão associados a fracos crescimentos económicos e consequentemente a práticas contabilísticas menos avançadas (Arpan & Radebaugh, 1985 e Douppnik & Salter, 1995, citados por HassabElnaby *et al.*, 2003). Assim nasce a segunda proposição:

P2: Países com níveis de crescimento económico mais elevados são mais prováveis de adotarem as IFRS.

2.4.1.3 Mercado de Capitais

A existência de mercado de capitais é outro fator que influencia o desenvolvimento económico de um país na medida em que, contribui para a alocação ótima dos recursos pelos diferentes sectores económicos e pelas empresas dos diversos sectores (Zeghal & Mhedhbi, 2006).

O mercado de capitais, se bem administrado, conduz a um crescimento da economia que de forma direta vai influenciar o desenvolvimento contabilístico de um país. Outra forma pelo qual exerce influência é através do aumento de confiança dos investidores no mercado, o que por sua vez atrai capital para o mercado (Adhikari & Tondkar, 1992). A existência de mercado de capitais faz com que as empresas sejam obrigadas a divulgar os relatórios financeiros anuais (Camfferman & Cooke, 2002), e promove boas práticas contabilísticas (Adhikari & Tondkar, 1992). Outra proposição resultante da revisão de literatura é a seguinte:

P3: A existência de mercado de capitais influencia a adoção das IFRS por parte de um país.

2.4.1.4 Propriedade e organização das empresas

Outro aspeto que pode influenciar o nível de divulgação de informações nos relatórios financeiros é constituição da propriedade da empresa. Segundo Chau & Gray (2002), uma empresa divulga informações cada vez mais transparentes e reais acerca do desempenho da mesma, quanto mais ampla for sua a propriedade.

A privatização é uma das formas de alteração de propriedade de uma empresa, que consiste na transferência desta por parte do Estado para particulares ou organizações (Assenso-Okofu *et al.*, 2011). Este processo pode ser feito através da colocação das ações em ofertas públicas e/ou através de negociações privadas da totalidade ou não da propriedade (Boubakri, Cosset & Guedhami, 2005). É também um fator que influencia de forma positiva para a harmonização contabilística, visto que contribui para atrair investimento externo. Nestes casos, investidores estrangeiros requerem de um sistema contabilístico que lhes permita obter comparabilidade (Shehadi, 2002) por forma a diminuir a assimetria de informação causada por diferenças entre os países envolvidos (como por exemplo o idioma) (Huafang & Jianguo, 2007). Jaggi & Low (2000) afirmam que a privatização aumenta a proteção dos investidores, fator que também contribui para o aumento do investimento.

Assenso-Okofu *et al.* (2011), vêem a privatização como sendo um fato que influencia de forma positiva o reporte financeiro, visto que leva a que os governos adaptem o sistema legal e os mecanismos de *corporate governance* por forma a garantirem a qualidade das informações divulgadas (Al-Akra, Ali & Marashdeh, 2009).

Al-Akra *et al.* (2009) e Alsharairi & Al-Abdullah (2008) consideram que a privatização foi um dos motivos pelo qual a Jordânia adotou as IFRS. No caso do Paquistão, Ashraf & Ghani (2005) também fazem referência à privatização como um dos elementos relacionados com a evolução do sistema contabilístico. Já no estudo relativo ao Irão, Mashayekhi and Mashayekh (2008) mencionam a privatização como um dos fatores que influenciaram o desenvolvimento da contabilidade do país. Com estas evidências empíricas formula-se as próximas proposições:

P4: Países que optem pela privatização da economia aumentam os incentivos para adotarem as IFRS.

P5: A privatização contribui para o aumento do investimento externo que consequentemente aumenta a necessidade das IFRS.

2.4.2 Sistema legal

Um dos fatores identificados como sendo um fator que exerce influência sobre o sistema contabilístico de um país, é o seu sistema legal (Al-Akra *et al.*, 2009). Na literatura faz-se a distinção entre dois tipos de sistema legal: o *common-law* e o *code-law*. O *common-law system* é identificado por Nobes (1998) como representante do grupo de países anglo-saxónicos. Este sistema é voltado para o sector privado, caracterizado pela sua transparência e completa divulgação das informações (Ashraf & Ghani, 2005), e pela sua forte proteção dos investidores sendo que a sua maior fonte de financiamento é o mercado de capitais (Al-Akra *et al.*, 2009).

Já o *code-law system* é normalmente associado aos países da Europa continental (Nobes, 1998). É um sistema onde o mercado de capital é mais pequeno (La Porta *et al.*, 1997; La Porta *et al.* 1998), onde a principal fonte de financiamento são os bancos, e há uma forte ligação entre as políticas contabilísticas e as fiscais (Ashraf & Ghani, 2005).

Standish (2003), num estudo de caso sobre a França acerca dos fatores que influenciam a capacidade nacional de participação no processo de harmonização contabilística internacional demonstra que países com características anglo-saxónicas mantêm o domínio no envolvimento do processo de harmonização contabilística internacional. Assim, formulam-se as seguintes proposições:

P6: Países baseados no *common-law system* têm maior viabilidade de adotarem as IFRS.

P7: Países baseados no *code-law system* têm sistemas fiscais mais rígidos, o que faz com que tenham menor probabilidade de adotarem as IFRS.

2.4.3 Sistema fiscal

Visto que o sistema fiscal é um fator importante quanto ao desenvolvimento da economia de um país, faz sentido ser considerado como um fator que influencia o sistema contabilístico do próprio. Um dos motivos que podem levar a gestão das empresas a manipularem os relatórios financeiros, por forma a declararem mais despesas e menos receitas com o objetivo de diminuir os encargos fiscais, é o fato de que os impostos pagos ao Estado são calculados com base nas receitas e despesas das empresas (Assenso-Okoko

et al., 2011). Essa questão pode influenciar o nível e a qualidade das divulgações financeiras dado que o Estado faz uso dos impostos como fonte de rendimento, e visto que existe a possibilidade de um custo político (Bushman & Piotroski, 2006).

Nashui (1984) evidencia no seu estudo que empresas turcas elaboram três diferentes relatórios financeiros: um para o reporte exterior; outro para os bancos e outras entidades de empréstimo (caso em que evidenciam condições da empresa cumprir com as obrigações de um possível empréstimo); e por fim outro que se destina às autoridades fiscais (onde evidenciam baixos lucros por forma a diminuir os encargos fiscais).

Do exposto retira-se a ideia de que, países com uma carga fiscal muito pesada induzem as empresas a manipularem os seus relatórios financeiros, o que consequentemente diminui a qualidade dos mesmo. Neste sentido, as empresas sob essas condições têm menor motivação para divulgarem informações. Com isto há condições para formular a oitava proposição:

P8: Países com carga fiscal elevada influenciam a adoção das IFRS.

2.4.4 Sistema educacional

As IFRS baseiam-se em normas complexas que para o seu entendimento são necessários profundos conhecimentos não somente acerca da contabilidade, mas também de outras disciplinas. Doupnik & Salter (1995) afirmam que, para o desenvolvimento de práticas contabilísticas sofisticadas, é necessário mais do que um simples nível educacional na área. Neste sentido, a formação em contabilidade torna-se uma ferramenta importante do desenvolvimento do sistema contabilístico de um país (Al-Akra *et al.*, 2009), e consequentemente na adoção das IFRS.

Num estudo sobre os fatores que influenciam a adoção das IFRS, os autores Zehri & Chouaibi (2013) comprovam que o fator educação está positivamente correlacionado com a adoção das práticas internacionais de contabilidade pelos países em desenvolvimento. A título de exemplo demonstram a diferença entre a Geórgia (país com nível de educação igual a 100%) e o Ruanda (país com nível de educação igual a 7,04%), no qual o primeiro adotou as normas internacionais e o último não. Com isto formula-se a próxima proposição:

P9: Países com níveis educacionais mais avançados são mais prováveis de adotarem as IFRS.

2.4.5 Abertura Internacional

Fatores exteriores a um país também influenciam a forma como estes desenvolvem os seus sistemas contabilísticos e consequentemente a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Primeiramente o fenómeno da globalização automaticamente força os mercados a tornarem-se mais internacionais. Outro motivo deve-se ao fato das pressões exercidas pelas entidades internacionais que estão por detrás do processo da harmonização contabilística (Zeghal & Mhedhbi, 2006). Exemplo destas entidades são o IASB, o IOSCO, o Banco Mundial (BM), o International Federation of Accountants (IFAC) e o International Monetary Fund (FMI) (Al-Akra *et al.*, 2009). Cooke & Wallace (1990) foram pioneiros neste estudo introduzindo a abertura ao exterior como sendo um fator que influencia a adoção das normas internacionais de contabilidade. De acordo com os autores, quanto mais aberto ao exterior forem os mercados mais suscetíveis são de sofrerem pressões do exterior para a adoção das IFRS.

Albu, Nicolae, Bunea, Artemisa Calu & Mădălina Girbina (2011) investigam as questões relacionadas com a implementação das IFRS num país emergente que se juntou à EU recentemente, a Roménia. Os autores evidenciam que um dos fatores primordiais que levou a que o país adotasse as normas internacionais de contabilidade foi a pressão exercida sobre esta por parte do Banco Mundial. Desta forma formula-se a décima proposição:

P10: Quanto mais aberto ao exterior for o país mais suscetível está às pressões de órgãos internacionais para adotar as IFRS.

2.4.6 Cultura

Gray (1988) afirma que a cultura é um dos fatores que influencia o sistema contabilístico de um país. Para Nobes (1998) países de uma determinada cultura adotam sistemas contabilísticos guiados pelos países da mesma cultura, ou seja, países com as mesmas diretrizes culturais adotam o mesmo sistema contabilístico. Este afirma ainda que, a cultura é um fator que exerce pouca influência no desenvolvimento do sistema contabilístico de um país quando comparado com os restantes fatores. Como fazendo parte de fatores culturais existe a herança colonial de um país que segundo Parker (1989), é uma das formas de “importação” de práticas contabilísticas.

Para além do citado anteriormente, investimentos de países estrangeiros constituem uma forma indireta de “importação” de práticas contabilísticas, visto que permitem que contabilistas e suas práticas migrem conjuntamente com o capital (Nobes, 1998). Al-Akra *et al.* (2009) afirmam que o passado colonial da Jordânia exerce influência sobre o sistema contabilístico do país. Isto deve-se ao fato de que a transferência de costumes e práticas é facilitada nestes casos. O que leva a formular a próxima proposição:

P11: Ex-colónias tendem a adotar o mesmo sistema contabilístico do país colonizador.

2.5 QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

Este trabalho visa estudar os fatores que influenciaram a adoção das IFRS em CV no sector não financeiro. (*Consultar Anexo B*).

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

3.1 Metodologia

A definição da metodologia do trabalho é um ponto muito importante no seu desenvolvimento, pois depende dela a forma como o trabalho será conduzido. A metodologia pode ser definida como sendo a forma como é realizado um trabalho científico, o qual vem permitir resolver ou responder à questão de investigação (Kothari, 2004).

Neste trabalho o método pelo qual se optou foi o de natureza qualitativa, tendo em conta os objetivos e a questão de investigação. O método qualitativo é um método utilizado quando pouco conhecimento se tem sobre o tema em questão e pretende-se explorá-lo, sendo o investigador o principal meio de recolha de dados (Antwi & Hamza, 2015). Este método foi considerado como o mais adequado nesta situação, visto que o trabalho visa investigar fatores que influenciam o processo de normalização contabilística em CV, um tema que ainda não foi abordado em nenhum estudo científico, e trata-se de uma situação em que se torna necessário um contato direto com o caso.

Visto que o estudo recai sobre um caso em específico trata-se de um estudo de caso único, em que CV é o único país sujeito à análise. Segundo Stake (2000), uma das formas mais comuns de se realizar uma análise qualitativa é através de um estudo de caso. A verdadeira essência de um estudo de caso é que através de uma análise contextual minuciada de um número limitado de ocorrências e as suas relações, permite investigar a

fundo um fenómeno. Este tipo de pesquisa permite ao investigador ir para além dos resultados quantitativos, analisando mais de perto e num contexto específico as ocorrências, e perceber os comportamentos associados a este (Zainal, 2007). O tipo de estudo de caso aqui abordado é um estudo de natureza descritiva-exploratória. Tem natureza descritiva na medida em que se trata de um caso específico sobre o qual se pretende investigar os fatores que influenciam a contabilidade (Zainal, 2007), e uma natureza exploratória visto se pretende demonstrar ou validar o conjunto de teorias gerais já existentes sobre o assunto (Scapens, 2004).

3.2 Etapas percorridas no trabalho

No desenvolvimento deste trabalho, as etapas percorridas para a sua elaboração foram as sugeridas por Scapens (2004) e Yin (2003).

I. Desenvolvimento do plano de estudo

Para a construção do trabalho, primeiramente foi feita uma vasta pesquisa para que pudesse conhecer e melhor entender as diversas teorias já existentes na literatura sobre a normalização contabilística. Neste processo foram de extrema importância a leitura de livros, relatórios e artigos científicos publicados nas plataformas como o *Elsevier*, o *Science direct*, *Goolge scholar*, *B-on*, entre outras.

Estas leituras permitiram um conhecimento mais aprofundado sobre o tema o que veio servir de base para a elaboração da revisão de literatura apresentada acima, no qual são evidenciadas as teorias ou as proposições sobre os fatores que influenciam a normalização contabilística de um país, e tendencialmente de que forma exercem essas influências (sentido positivo ou negativo). Após este aprofundado estudo foi possível estabelecer a questão de investigação: Quais os fatores que influenciaram a adoção das IFRS em CV?

II. Preparação e recolha de evidências

Para obter as informações necessárias recorreu-se a entrevistas semiestruturadas pois permitem ampliar o campo de questionamento. Este tipo de entrevistas facultam a possibilidade, devido à sua flexibilidade, de abordar pessoas diferentes com questões semelhantes, e que durante a entrevista vá se adaptando as questões pré-estabelecidas e outras de acordo com o *feedback* obtido do entrevistado.

Primeiramente o investigador conversou informalmente com algumas pessoas da área em CV sobre o assunto, por forma a ter um maior e melhor conhecimento sobre a

realidade contabilística em CV. Estas conversas contribuíram para a elaboração do guião de entrevistas utilizado na recolha de informações. (*Consultar Anexo C*). Os entrevistados foram escolhidos tendo em conta a profissão que exercem e o seu nível de envolvimento com a contabilidade do país, mas sobretudo o envolvimento dos mesmos no processo de normalização contabilística em CV. Optou-se por pessoas que estiveram diretamente envolvidas nos processos, mas também por profissionais da área que não tiveram um envolvimento direto nas escolhas ou decisões tomadas durante os respetivos processos. (*Consultar Anexo D*).

Para melhor evidenciar os resultados foi necessária uma escolha criteriosa dos trechos apresentados, tendo em conta o resultado ou a conclusão obtida após o cruzamento das evidências. Nesse processo de escolha foram tidas em conta: a relevância da informação, a firmeza demonstrada pelo entrevistado, a familiaridade, e a capacidade de exprimir de forma clara as suas ideias.

As entrevistas realizadas foram gravadas e depois transcritas. Como as entrevistas foram feitas à distância na maior parte dos casos, foi necessária uma especial atenção nas emoções do entrevistado, na forma como falava sobre determinados assuntos, já que não foi possível a observação direta do próprio. Daí a escuta ativa ser uma técnica de grande relevo neste estudo.

Posteriormente procedeu-se à recolha de documentos, como por exemplo os decretos-leis das repetitivas normas e de outras relacionadas, documentos históricos sobre o país e livros. Nesta fase foi de extrema importância a deslocação ao Arquivo Nacional de CV para a recolha de alguns documentos, nomeadamente os mais antigos, pois estes não se encontram digitalizados.

III. Avaliação das evidências recolhidas

A validação e a fiabilidade nos estudos qualitativos levantam questões importantes para garantir a qualidade do trabalho efetuado. Estas questões estão relacionadas com o facto de que o investigador numa pesquisa qualitativa faz um trabalho de campo sozinho, o que por vezes acaba por fazer com que estes se concentrem mais nos resultados do que na forma como estes são obtidos (Miles & Huberman, 1994). Estes problemas podem ser ultrapassados se durante o processo de estudo, o investigador respeitar alguns critérios

utilizados nas pesquisas qualitativas (Meyer, 2001; Yin, 1984; Lecham, 2010). (*Consultar Anexo C*).

IV. Identificação e explicação dos padrões

A execução desta fase está intrinsecamente relacionada com o empenho na fase de análise das evidências. No processo de análise das evidências foi preciso um trabalho árduo para analisar as fontes de informação encontradas, os documentos oficiais e as notícias e documentos publicados sobre a temática. Com isto feito e com a transcrição das entrevistas, foram necessárias leituras atentas das entrevistas para identificar as semelhanças e possíveis diferenças nas informações obtidas. Na fase final foi necessário fazer o cruzamento das informações por forma a estabelecer os elos de ligação.

V. Elaboração do relatório de tese

Esta é a última fase do processo, a qual corresponde ao resultado do trabalho feito nas fases anteriores.

CAPÍTULO 4- O CASO DE CABO VERDE *Visão história da normalização contabilística em Cabo Verde*³

4.1.1 Período colonial- 1460 a 1975

Com a carta de 1466 que marcou o início da presença contínua e representativa dos portugueses em CV, e o início do comércio com a Costa Ocidental Africana, sentiu-se a necessidade de registar as despesas e as receitas provenientes das atividades económicas desenvolvidas. Para isso, a então Metrópole exigiu a criação de um órgão responsável pelo controle e recolha dos tributos que advinham dessa atividade, o almoxarifado (Domingues, Correia e Silva, Amaral, Baleno, Cabral, Albuquerque, Santos & Torrão, 1991). Até ao ano de 1835, ano em que se introduziu alguma descentralização a nível administrativo com a criação do cargo de Administrador do Governo para as antigas colónias portuguesas, as disposições legais à escrituração contabilística tinham como base decretos-régios.

³ Desconhecimento de documentação histórica pelos contabilistas em geral.

No ano de 1933, no período considerado como “Estado Novo”, reformas administrativas foram feitas com vista a harmonizar as normas administrativas. Através da implementação do Decreto-Lei (DL) n.º 23229 por Salazar, estas reformas incluíam um novo método de escrituração contabilística.

Até 1933 a contabilidade esteve completamente submetida à fiscalidade.

4.1.2 Período de 1975 a 1983

Como país independente, o Estado de CV em 1975 decide reestruturar a legislação do novo país. Procedeu à aprovação do DL n.º 58/75 que assinala a extinção das Comissões Administrativas e marca a criação como órgãos de Administração Municipal, um Conselho Deliberativo e um Secretariado Administrativo. Mesmo com esta modificação, as normas e procedimentos contabilísticos da altura implementados não eram muito diferentes dos aplicados na ex-metrópole.

Em 1983 são apresentados ao Governo os resultados do anteprojecto do PNC, realizado pela Comissão Económica Especializada. Este anteprojecto é apresentado com a intenção de preencher as lacunas existentes na atividade contabilística desenvolvida na altura, por forma a otimizar e promover o desenvolvimento da contabilidade. Os resultados provenientes do anteprojecto é que vieram servir de base para a criação do PNC em 1984.

4.1.3 Período de 1984 a 1990

Em 1984, num período onde o Governo já se encontrava preocupado com a abertura do país ao exterior, através do DL n.º 4/84 de 30 de janeiro de 1984, aprova-se o primeiro PNC de Cabo Verde. Este é o acontecimento que vem marcar o início na normalização contabilística estruturada em CV. O plano introduzido visava exercer um maior controlo sobre as empresas públicas, mistas e privadas, com exceção das instituições de crédito, seguros e previdência social.

Outras medidas complementares foram sendo implementadas na sequência da adoção do PNC, como é o caso do DL n.º 1/84 de 28 de janeiro, aprovado para estabelecer os critérios de avaliação dos bens patrimoniais do ativo, e da Portaria n.º 3/84, com vista a regular o regime das taxas de reintegrações e amortizações dos bens imobiliários das empresas. Em 1987, com o intuito de melhor dar a conhecer e interpretar os resultados apresentados pelas empresas aprova-se DL n.º 26/87 de 19 de março referente ao Anexo.

Já em 1988, aprova-se a Portaria n.º 62/88 de 31 de dezembro, que regulamentou o limite das Provisões para a cobertura de créditos de cobranças duvidosas e para as perdas de valor das existências.

O surgimento do PNC em CV, representa um grande marco na contabilidade do país, passando a ser exigido às empresas as respetivas escritas contabilísticas e a publicação das contas no final de cada exercício económico. Pode-se afirmar que essa medida vem valorizar o desenvolvimento da profissão de contabilista, permitindo um maior envolvimento dos mesmos na atividade económica do país.

4.1.4 Período de 1991 a 2003

As alterações no sistema fiscal efetuadas em meados do ano de 1991, que vieram fazer com que pela primeira vez a tributação das empresas fosse feita com base no seu lucro real, tornaram imprescindível a existência de um responsável pela contabilidade dos sujeitos passivos perante a Administração Fiscal. Este era encarregue de assegurar que o lucro tributável fosse corretamente apurado e que possibilitasse o mecanismo da autoliquidação.

Neste contexto surge o Regime dos Técnicos de Contas, o qual foi aprovado pelo DL n.º 37/92 de 16 de abril. Segundo esta lei, até que se procedesse à regulamentação legal do exercício da profissão, eram considerados como técnicos de contas as pessoas que estivessem inscritas no Ministério das Finanças e do Planeamento, sob determinadas condições fixadas no diploma. Estes seriam os responsáveis pela organização contabilística, trabalhando sob o regime de trabalhador dependente ou como prestadores de serviços aos contribuintes sujeitos ao método de verificação de contribuição industrial, seguindo as regras do PNC e da veracidade dos elementos declarados à Administração Fiscal.

No ano de 2000 deu-se a criação da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC), com a aprovação do DL n.º 12/2000 de 28 de fevereiro. No âmbito da sua criação, com as atividades por ela desempenhadas pretendia-se melhorar a gestão dos meios e disponibilizar informações íntegras que possibilitassem a captação de investimento.

Um dos grandes objetivos que a Ordem pretende alcançar é a sua integração na International Federation of Accountants (IFAC), e nessa caminhada alcançou algumas conquistas como é o caso da sua integração na Pan African Federation of Accountants

(PAFA). Outro feito alcançado pela Ordem nesta ótica é a sua adesão à Federação Internacional dos Contabilistas e Auditores da Francofonia (FIDEF) a 25 de setembro de 2017 (OPACC, 2017b).

No dia 20 de outubro é publicado o DL n.º 39/2003 onde se vem introduzir alterações ao PNC por forma introduzir contas para o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA).

4.1.5 Período de 2008 até ao presente

Através do Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro, procedeu-se à adoção do novo SNCRF, substituindo assim o PNC, dado que este último não acompanhou as mudanças com vista à harmonização contabilística internacional.

O SNCRF, assente mais em princípios do que em regras explícitas, introduziu alterações tendo em conta a evolução do sistema fiscal, a qualidade das demonstrações financeiras e do relato financeiro das empresas, e o aperfeiçoamento do tecido económico do país e do mercado de capitais. Com isto, visou aumentar a credibilidade do funcionamento da economia real de CV e implementar normas que estivessem preparadas para serem aceites pelos países e praças financeiras com o qual mantém relações económicas.

Com o novo sistema adotado, o país pretendia implementar no direito interno Normas de Relato Financeiro (NRF) que constituíssem uma adaptação das IFRS e as NRF emitidas pelo IASB. Desta forma, pretendeu acompanhar os desenvolvimentos nas diretivas internacionais quanto à qualidade da informação financeira. Nesse contexto, criou-se a Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC), para que de forma eficaz se pudesse implementar o SNCRF.

A CNNC foi criada através da aprovação do DL n.º 43/2008 de 1 de dezembro, com o propósito de emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos que estejam em conformidade com os estabelecidos a nível internacional. Embora criada com um objetivo, esta comissão nunca chegou de facto a desempenhar as funções pelo qual foi criada.

O normativo nacional permite que as empresas cujos valores mobiliários são transacionados num mercado regulamentado preparem as suas contas consolidadas de acordo com as IFRS e as NRF emitidas pelo IASB. Optando estas pela apresentação de acordo

com as normas emitidas pelo IASB, não ficam desobrigadas de apresentar e de divulgar outras informações previstas na legislação nacional.

O mesmo decreto-lei estabelece um regime especial para as pequenas entidades, que inclui as NRF para as Pequenas Entidades (NRF-PE), o qual é de aplicação obrigatória para as pequenas entidades que não optem pela aplicação do conjunto das NRF.

CAPÍTULO 5- ANÁLISE DE RESULTADOS

O processo da normalização contabilística em Cabo Verde divide-se essencialmente em duas principais fases: o PNC e o SNCRF. Esses dois marcos importantes na contabilidade cabo-verdiana foram acompanhados de reformas fiscais, as quais são consideradas indispensáveis para o melhor entendimento do sistema contabilístico do país.

5.1 O sistema político

CV é uma República soberana, unitária e democrática, que organizada em Estado de direito democrático, é uma nação bastante estável em termos políticos. Esta estabilidade política contribui de forma positiva para o sistema económico do país, visto que “qualquer investidor quando está a querer investir, para além dos fatores mais económicos, vai estar preocupado com a estabilidade do país em termos políticos e em termos sociais” (Entrevistado AF). Assim, reforça o entrevistado AS, que “os parceiros que ajudam Cabo Verde não hesitam, isto porque há uma confiança na estabilidade do país, mas sobretudo uma confiança na boa governação” (Entrevistado AS). Portanto, “a estabilidade política não há dúvida nenhuma que afeta a economia do país” (Entrevistado AM).

No ano de 1991 com a abertura política e económica, o país tornou a sua economia numa economia mais liberalizada, voltada para o mercado, optando pela privatização do sector público como forma de captação de investimento, principalmente de investimento externo. “Aplicou-se efetivamente essa extroversão económica, porque foram criadas condições políticas para haver essa extroversão” (Entrevistado JM). Isto porque, em CV “ninguém é capaz de fazer algo que afete a estabilidade” (Entrevistado CV).

Apesar de algumas ideias divergirem entre os governantes acerca das políticas a serem implementadas para a governação de CV, “é a estabilidade política, económica e social que no fundo promove a confiança, o ativo mais importante para acelerarmos a

dinâmica de crescimento económico” (Entrevistado OC). “A estabilidade política influencia principalmente porque a nossa economia está baseada no turismo, e o turismo tem muito a ver com a segurança, com a tranquilidade” (Entrevistado AB).

Com a busca de entrada de investimento externo sobretudo de empresas estrangeira, acaba por existir uma certa exigência para que haja comparabilidade entre as normas aplicadas na contabilidade das instituições. Logo, a primeira proposição que define que os países mais estáveis em termos políticos são mais viáveis de adotarem as IFRS, é validada. CV é dos países africanos visto como dos mais estáveis.

Os resultados vão de encontro com os apresentados por Assenso-Okofu *et al.* (2011), no estudo sobre o Gana em que os períodos de instabilidade política vividos pelo país afetaram de forma negativa a qualidade do seu sistema contabilístico.

5.2 O sistema económico

CV, mesmo se tratando de uma pequena economia insular, é um país que busca investimento externo através da abertura económica. E por forma a facilitar isso “é muito importante para uma questão de comparabilidade internacional, que tenhamos normas contabilísticas internas adaptadas às normas internacionais” (Entrevistado OC).

Desde sempre a componente internacional fez parte da economia cabo-verdiana devido às remessas dos emigrantes, a qual tem vindo a se intensificar devido ao fato do país ambicionar ser conhecido a nível internacional por parte de outras economias. “Temos uma economia aberta, trabalham em CV empresas de todos os países do mundo, e é essencial que tenhamos normas internacionais que são conhecidas por todos e que são também avaliadas por todos e permita uma comparabilidade” (Entrevistado OC).

O SNCRF foi implementado em 2009 com assistência do BM. Segundo o Entrevistado MM, a internacionalização do país veio exigir uma outra qualificação na área contabilística o que contribuiu para a implementação do SNCRF.

Em 2008 o país deixa de ser um país de “reciclagem de ajuda” e passa a ser considerado um país de rendimento médio, e no mesmo ano adere à OMC. Com o efeito da globalização “havia também a necessidade de adequar o país por causa da necessidade de convergência normativa no quadro da nossa ambição de inserção na economia global” (Entrevistado AS). “Estávamos numa fase de transformação económica, a acompanhar a

mudança política, tentando acompanhar o comboio da história” (Entrevistado JM). O Entrevistado AF vem enfatizar a “necessidade de fazer as coisas quase de uma forma idêntica ao que o resto do mundo faz, é quase que uma obrigação se juntar ao processo” (Entrevistado AF). Portanto com a adoção do SNCRF, “conseguimos na altura harmonizar as normas de contabilidade de CV com as normas internacionais. Isto constitui como é óbvio um fator de competitividade e internacionalização da economia cabo-verdiana” (Entrevistado OC).

Desta forma, valida-se a proposição de que países com níveis de crescimento económicos mais elevados são mais prováveis de adotarem as IFRS (P2). CV apresenta um crescimento económico contínuo mesmo que com pequenas variações ao longo dos anos, é uma economia que tem se tornado cada vez mais internacional, o que tem contribuído para a implementação de normas internacionais por forma a que este contribua para o avanço da economia.

Este resultado vai de encontro com o evidenciado por Zehri & Chouaibi (2013), que demonstram que países em desenvolvimento com maior capacidade de adotar normas internacionais são os que evidenciam um maior crescimento económico.

5.3 Mercado de Capitais

Com o propósito de melhorar o desempenho da economia nacional e introduzi-la no contexto internacional para garantir a sustentabilidade futura, CV enfrentou reformas económicas desde de meados de 1991, ano em que houve as primeiras eleições multipartidárias. Foi neste contexto, da reforma do sistema financeiro, que surgiu a Bolsa de Valores de Cabo Verde, uma entidade que tinha por objetivo proporcionar aos agentes económicos diferentes opções de investimento e financiamento.

Embora criada com o objetivo de introduzir alguma dinâmica no mercado, é um organismo pouco ativo porque, “desde a sua criação praticamente só o máximo de quatro empresas é que conseguiram fazer transações financeiras através da Bolsa de Valores. A razão explica-se pelo facto de que grande maioria das empresas em Cabo Verde são pequenas e médias empresas” (Entrevistado AM).

A proposição três de que, a existência de mercado de capitais influencia a adoção das IFRS por parte de um país neste caso não é validada no caso de CV. Foi possível averiguar que no seu caso, tem fraca influência na dinâmica da economia. A existência

de um mercado de capitais no país faz sentir uma maior necessidade de harmonização contabilística, visto que aumenta o rigor exigido às empresas, mas no caso de Cabo Verde devido ao reduzido número de empresas cotadas, a influência é fraca ou até nula.

5.4 Propriedade e organização das empresas

O sistema económico de CV é constituído na sua esmagadora maioria por micro e pequenas empresas.

Antes da mudança política de 1991 a economia de CV era uma economia muito estatizada, se baseando nas ajudas que recebia do exterior. Após essa fase, em 1991 com a entrada do novo partido no poder, estes vieram apostar muito na liberalização da economia. A ideia dos novos governantes na altura é de que o país não possuía condições internas para se autossustentar e que a melhor forma de impulsionar a economia do país seria através da captação de investimento externo. “A primeira grande leva do investimento externo acabou por chegar precisamente pela via das privatizações” (Entrevistado CV).

“As privatizações contribuíram para o aumento do investimento direto externo visto que, o grosso das empresas foram adquiridas por investidores externos” (Entrevistado AS). A ideia de forma geral compartilhada pelos entrevistados é de que “quando a privatização traz um parceiro estratégico, na sua maioria um parceiro externo que tem necessidade de fazer contas com uma realidade internacional, isto obriga a que o rigor da informação contabilística seja totalmente diferente. E o rigor depende não só da competência das pessoas, mas também do normativo e da sua aplicação” (Entrevistado AF). Segundo o Entrevistado AM, “as empresas multinacionais tinham de fazer os seus balanços consolidados, e com tudo isso havia necessidade de alterar todo o sistema contabilístico”.

Como citado anteriormente, CV é um país que busca pela internacionalização da sua economia, tentando cada vez mais aumentar as suas relações com empresas estrangeiras. Portanto, “para que haja consolidação nós temos de ter aqui normas que sejam normas internacionais e que incorporem as melhores práticas em matéria de contabilidade e de relato financeiro” (Entrevistado OC).

A quarta proposição defende que países que optem pela privatização da economia aumentam os incentivos para adotarem as IFRS. Esta hipótese validada no estudo. CV é

uma pequena economia insular que por si só não consegue se sustentar. A solução adotada foi recorrer ao exterior com vista a captação de investimento externo, e uma das formas encontradas foi através da privatização do sector público. Desde os anos 90 que tem vivenciado privatizações do sector público em vários sectores, onde a maior parte dos investidores são externos. Neste sentido é também validada a quinta proposição que defende que a privatização contribui para o aumento do investimento externo que consequentemente aumenta a necessidade das IFRS. Em CV para além da privatização contribuir de forma direta para o crescimento da economia, através da entrada de investimento, aumenta a necessidade de uma harmonização contabilística visto que devido ao baixo nível de poupança nacional, a maior parte dos investidores são externos. Com isso é preciso adequar o sistema contabilístico por forma a permitir a comparabilidade e o melhor entendimento por parte dos investidores.

No caso do Irão evidenciado num estudo feito por Mashayekhi & Mashayekh (2008), os autores comprovaram a existência de uma influência positiva da privatização sobre o desenvolvimento do sistema contabilístico do país.

5.5 Sistema legal

CV é um país que tenta aproximar ao máximo as suas normas às do sistema adotado na EU. Segundo o Entrevistado MM, “o nosso sistema fiscal tem como base o sistema português, consequentemente da EU”.

No que toca ao seu sistema legal, é um país onde a maior fonte de financiamento das empresas são os bancos, e isto é ainda mais reforçado pelo facto de existir no país um mercado de capitais muito pequeno. É um país onde o sistema fiscal está fortemente correlacionado com o sistema contabilístico, para não afirmar que “em CV o sistema fiscal impera mais do que as normas contabilísticas” (Entrevistado AM).

A sexta proposição apresentada no estudo é de que os países baseados no *common-law system* têm maior viabilidade de adotarem as IFRS. Essa proposição não é validada neste caso, visto que CV mesmo tendo um sistema contabilístico baseado no Direito Romano adotou as IFRS. No seguimento temos a sétima que afirma que países baseados no *code-law system* têm sistemas fiscais mais rígidos e com maior carga fiscal, o que faz com que tenham menor probabilidade de adotarem as IFRS. Em parte, esta proposição é validada, no ponto em que o sistema legal do país apresenta as características de um *code-law*

system e tem uma forte intervenção do sistema fiscal no contabilístico. Mesmo assim, é possível observar que opta pela adoção das IFRS.

5.6 Sistema fiscal

Foi possível constatar durante o processo de recolha de informação e o seu respetivo tratamento que em CV, “há uma influência extremamente grande da fiscalidade sobre a contabilidade” (Entrevistado AF).

O sistema fiscal em Cabo Verde sofreu uma reforma fiscal em 1996 em que, através da Lei nº 127/IV/95 de 26 de junho e do DL nº 1/96 de 15 de janeiro, foi aprovado o Regulamento de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR). A implementação deste imposto veio introduzir uma série de regras na esfera contabilística. Com a publicação da Lei 78/VIII/2014 se aprova o Código do Imposto dos Rendimentos das Pessoas Singulares (IRPS), e o Código do Imposto dos Rendimentos das Pessoas Coletivas aprovado pela Lei 82/VIII/2015 de 7 de janeiro. Estes impostos foram introduzidos, separando o imposto das pessoas singulares do das coletivas, e contribuindo também para uma aproximação da lei contabilística da lei fiscal, devido a algumas alterações que surgiram com a implementação do SNCRF.

Incluídos na reforma do sistema fiscal está a Lei n.º79/V/98 de 7 de dezembro que aprova o Imposto Único sobre o Património (IUP), e também a Lei n.º21/VI/2003 de 14 de julho que vem aprovar o Regulamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o qual pela Lei n.º49/VIII/2013 de 27 de dezembro passou a ser designada de Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Mesmo sendo suposto existir uma certa colaboração entre o sistema contabilístico e fiscal, foi possível notar que existe uma forte interferência da parte fiscal no lado contabilístico. “O sistema foi totalmente invadido pelo fisco, pela administração fiscal, em todo o nível há intervenção do fisco” (Entrevistado CG). O Entrevistado CV reforça que “muitas vezes o investidor ou o contribuinte aplica integralmente as normas do SNCRF, e um conjunto de despesas que inclui bem de acordo com essa normalização não são aceites pelo sistema fiscal”.

A proposição oito defende que países com carga fiscal elevada influenciam a adoção das IFRS. Na análise dos resultados foi possível observar que é de interesse dos governantes que o adote as IFRS, por forma a permitir a comparabilidade de informações

contabilísticas e promover uma maior transparência no sistema. Logo, a proposição é validada para CV.

É curioso o facto de que no processo de entrevista, vários foram os casos exemplificados de empresas que não disponibilizam as suas contas aos auditores responsáveis para que estes procedam com a entrega das declarações ao fisco, ou casos em que as próprias empresas afirmam preferir pagar pela infração da não entrega do que entregar os valores para o cálculo do imposto. Não há estudos que comprovem que as declarações entregues contêm os valores reais, mas este tipo de situação faz com que se duvide da veracidade das informações prestadas. Estes resultados são semelhantes aos encontrados por Nashui (1984) no seu estudo acerca das empresas turcas, onde o sistema fiscal implementado faz com que as empresas elaborem três diferentes relatórios financeiros, o que não contribui de forma positiva para a adoção das IFRS. Com estes exemplos é possível compreender o interesse dos governantes em implementar normas que promovam a transparência nas contas.

5.7 Sistema educacional

Grande parte dos estudantes universitários cabo-verdianos são estudantes da área contabilística. Alguns entrevistados até afirmam que “o número de alunos que está a sair na área da contabilidade hoje é grande, que ultrapassa a capacidade das empresas cabo-verdianas” (Entrevistado MM).

A primeira escola a ensinar contabilidade em CV foi a Escola Técnica (Escola Industrial e Comercial do Mindelo), fundada em 1956. Foi através desta escola que “mesmo no passado quando não tínhamos formações superiores, havia uma prática contabilista muito bem preparada” (Entrevistado AS). “Hoje em dia temos universidades de nome, com parcerias com grandes escolas portuguesas que produzem aqui quadros de alto nível” (Entrevistado AS). Este é o caso do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), a considerada como a mais prestigiada nesta área que tem uma parceria de há muitos anos com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Quanto ao desempenho da profissão, as pessoas que pretendem entrar na Ordem e obter uma classificação de contabilista ou auditor certificado têm primeiramente de cumprir com alguns requisitos. Ambos têm de ser aprovados em um exame realizado pela

própria OPACC, efetuar o estágio profissional e serem considerados aptos numa entrevista de avaliação técnico-profissional. Durante a pesquisa obtive a informação de que já foi elaborado um novo estatuto da ordem, o qual está à espera da respetiva aprovação.

No ensino cabo-verdiano é algo evidente a utilização de materiais de ensino português, “mesmo a literatura que nós temos acesso nessa área normalmente é a literatura portuguesa” (Entrevistado JM). Este ponto é reforçado pelo Entrevistado AB em que este afirma que “a nossa bibliografia é portuguesa, os nossos consultores são portugueses, os nossos técnicos vão formar-se em Portugal” (Entrevistado AB). Para disso, há um número significativo de estudantes que todos os anos após terminarem o ensino secundário optam por fazer um curso superior no exterior, e na sua maioria em Portugal. Isto talvez seja justificado para além da facilidade com a língua, já que ambos os países falam português, pela estreita relação entre os dois.

A nona proposição que defende que, países com níveis educacionais mais avançados são mais prováveis de adotarem as IFRS, é validada para o caso de CV. É possível observar que a estrutura educativa está a se tornar cada vez mais complexa, estudantes de contabilidade já têm um contato nas universidades com as IFRS pois já é uma matéria lecionada nas escolas, há uma crescente busca para aperfeiçoar a profissão contabilística, o qual contribui para que o ensino técnico se torne cada vez mais avançado.

Este resultado é semelhante ao obtido por Zehri & Chouaibi (2013), em que os autores demonstram a existência de uma correlação positiva entre o fator educação e a adoção das práticas internacionais de contabilidade.

5.8 Abertura internacional

As políticas económicas implementadas em CV permitem afirmar que, um dos principais objetivos do país é se tornar numa economia reconhecida a nível internacional. Para isto tem feito uma forte aposta na busca ao investimento externo, o que faz com que “tenha que adaptar a linguagem à linguagem utilizada internacionalmente por forma a tornar-se mais compreensível para os financiadores” (Entrevistado CG).

Quanto ao sistema contabilístico este precisava de ser reformulado alguns anos após a implementação do PNC, e para isso CV contou com um forte apoio do BM. Esta instituição financiou um projeto que esteve a decorrer entre os anos de 1993 a 1995 com o intuito de fazer a revisão de todo o sector contabilístico do país. O projeto foi discutido,

as propostas de legislação e normativo foram feitas, mas acabaram por não entrar em vigor. Foi nessa mesma altura é que foram feitas as propostas para a constituição da ordem e o seu respetivo estatuto, o qual só vieram a ser publicados no ano de 2000. Segundo o Entrevistado JM “só quando há um certo empurrão do FMI, do BM é que as pessoas lembram que isso é preciso”.

Com o aprofundamento das relações com as instituições internacionais, e “com os desenvolvimentos a nível do IASB, teve-se que abandonar o normativo previsto para entrar em vigor em 1995/1996 e avançar para um novo normativo, que acabou por ser designado por SNCRF, que é uma adaptação das IAS/IFRS do IASB” (Entrevistado JM). Foi preciso se optar pelas normas aplicadas a nível internacional, porque “nós só temos hipóteses de sobreviver incluídos no sistema global que existe” (Entrevistado CV). O entrevistado AB reforça que “o que se pretendia era se e quando viessem empresas estrangeiras multinacionais para CV, nós pudéssemos fazer a contabilidade com a mesma base de normativo e de entendimento”.

Para além da necessidade sentida internamente, no caso do SNCRF “já foi uma exigência do BM” (Entrevistado MM). O BM para além de financiar esse projeto, também custeou formações para os técnicos da área para que fosse bem definida. A instituição também produziu um documento contabilístico onde fez uma série de recomendações devido ao diagnóstico de aplicação de normas feito e um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas por forma a melhorar a qualidade da informação contabilística, o relatório ROSC, embora este não chegou a ser publicado. “Há um interesse muito concreto dessa entidade em ter essas coisas” (Entrevistado AF). Para além dessas instituições, há uma certa busca por parte de CV em aproximar as suas normas às implementadas na EU. Outro motivo está relacionado com o facto de algumas empresas serem “auditadas pelas BIG4 que acabam por criar um clima e cultura de exigência em relação às normas internacionais de contabilidade” (Entrevistado OC).

A proposição que define que, quanto mais aberto ao exterior for o país mais suscetível está às pressões de órgãos internacionais para adotar as IFRS, é também validada. Durante o processo de pesquisa foi possível observar uma forte presença de instituições internacionais como o FMI e o BM, no processo de adoção do SNCRF. A interferência

dessas instituições se deve em grande parte devido à busca de CV pela internacionalização da sua economia. Procurando investimento externo para impulsionar o crescimento económico, um dos requisitos se torna a adoção de normas aplicadas a nível internacional.

Ashraf & Ghani (2005) no estudo sobre o desenvolvimento do sistema contabilístico no Paquistão, demonstram que o envolvimento de instituições financeiras internacionais influenciou de forma positiva esse processo.

5.9 Influência cultural

CV, descoberto por exploradores portugueses, permaneceu como colónia até 1975. Após essa data, mesmo como país independente “as relações com Portugal são ótimas, são relações de dois países que se respeitam” (Entrevistado CV). O Entrevistado OC refere que “a relação entre o Banco de CV e o de Portugal é uma relação intensa” (Entrevistado OC). Este elo forte entre os países é visível em diversos campos inclusive no sistema contabilístico de Cabo Verde.

Após 1975, CV só implementou o seu primeiro plano contabilístico em 1984. Até essa data “as normas que tínhamos aqui eram as normas da metrópole” (Entrevistado AS). O PNC, que foi o primeiro plano contabilístico “tinha sido uma espécie de adaptação, transcrição ou resumo do Plano Oficial de Contabilidade (POC) português de 1977” (Entrevistado AF). Reforça o Entrevistado AM, afirmando que “foi uma cópia do que existia em Portugal”.

Após 25 anos é implementado o SNCRF, o qual no seu processo de estudo e implementação o país contou com o apoio de um grupo de profissionais estrangeiros. Embora tenha por base normas emanadas pelo IASB acabou por sofrer uma forte influência portuguesa, isto porque “o consultor que ajudou o país nesse processo de preparação do SNCRF é português, e acredito que ele trouxe a sua experiência portuguesa” (Entrevistado AF). O Entrevistado AB reforça que “o normativo foi o Rui Almeida, e para fazer a reforma fiscal tinha sido o ex Secretário de Estado do Ministério das Finanças português” (Entrevistado AB). No levantamento das informações foi possível constatar que a maior parte dos membros que fizeram parte da primeira direção da ordem, as pessoas que foram eleitas, “quase todos nós passamos pelo ISCAL” (Entrevistado JM).

Existem protocolos de cooperação entre Cabo Verde e Portugal, e talvez seja este um dos motivos pelo qual mesmo sendo as *BIG4* empresas internacionais “*os atores principais são portugueses e isso acaba por influenciar*” (Entrevistado OC).

A última proposição afirma que ex-colônias tendem a adotar o mesmo sistema contabilístico do país colonizador. Esta proposição é validada. É clara e forte a influência de Portugal no sistema contabilístico de CV. Essa influência é exercida de várias formas e em diversas áreas. Na área contabilística os planos adotados no sistema nacional, tiveram influências diretas do sistema português, existe um elo forte entre o Banco de CV e o Banco de Portugal, os materiais didáticos para o ensino da contabilidade no país são bibliografias portuguesas, sem esquecer de que as empresas de consultoria e auditoria que trabalham em Cabo Verde são empresas internacionais, mas os agentes que operam são portugueses. Existe uma aproximação muito grande entre os dois países.

Este resultado vai de encontro com o apresentado por Al-Akra *et al.* (2009) no caso da Jordânia, em que o passado colonial do país influencia o desenvolvimento do seu sistema contabilístico.

5.10 Síntese dos resultados

Os resultados do estudo apontam que os fatores que mais contribuíram para a adoção das IFRS em CV foram o sistema político, o sistema económico, e os fatores internacionais. O sistema político sólido que promove a confiança e a segurança, impulsiona a economia do país para que este apresente crescimentos a um nível estável. O facto de CV ter uma economia muito voltada para o investimento externo faz com que os fatores externos, nomeadamente a presença de instituições internacionais, e a privatização sejam fatores que também contribuíram nesse processo. A privatização faz parte dos fatores económicos presentes no processo de adoção das IFRS no país visto que, a maior parte dos investidores são estrangeiros o que faz aumentar a necessidade de um normativo internacional.

O sistema fiscal voltado desde há muito tempo para a arrecadação de receitas para o Estado, o que faz aumentar o interesse das autoridades por um normativo que promova a transparência, o sistema educacional cada vez mais avançado em termos técnicos, e uma relação de parceria com o ex-colonizador também foram fatores que contribuíram de

forma positiva. Mas, estes se subjulgam ao sistema político, económico e aos fatores internacionais.

Já no caso do mercado de capitais, este não teve influência no processo, visto ser uma componente praticamente ausente no país devido ao reduzido número de empresas cotadas e ao nível mínimo de transações na Bolsa. É possível observar que o país adota um *code-law system*, mas implementa mesmo assim as IFRS, logo o sistema legal não interferiu na adoção das IFRS.

CAPÍTULO 6- CONCLUSÕES

6.1 Síntese do trabalho desenvolvido

O presente trabalho pretendeu analisar os fatores que influenciaram a adoção das IFRS em CV, mais precisamente sobre o sistema contabilístico do sector não financeiro.

Os resultados do estudo evidenciam que o sistema político, juntamente com o sistema económico do país influenciaram a adoção das IFRS. As privatizações do sector público também contribuíram de forma positiva nesse processo. Contrariamente ao evidenciado na literatura, o mercado de capitais existente em CV não contribuiu para que o país adotasse as IFRS, e continua exercendo uma influência praticamente nula na economia do país, devido ao número reduzido de empresas cotadas. O sistema legal em CV mesmo sendo baseado no *code-law system*, não impediu com que o país optasse pelas IFRS, e o sistema fiscal voltado para a satisfação das necessidades do Estado aumentou os incentivos à adoção das normas internacionais. O sistema educacional a nível técnico na área contabilística contribui para o avanço das normas contabilísticas implementadas, isto porque se tem vivenciado avanços ao nível da complexidade educacional no país. Foi possível constatar uma forte presença e envolvimento de organismos internacionais nas questões contabilísticas, como é o caso do FMI e do BM. Estas instituições estão fortemente envolvidas no desenvolvimento do sistema contabilístico de CV. Por fim, foi possível observar que o sistema contabilístico de CV tem uma forte influência cultural no processo do seu desenvolvimento. Esta influência é sentida mais da parte de Portugal, um país com que CV mantém fortes relações nos mais variados sectores. Globalmente se assiste a uma adoção das IFRS fortemente suportada em três grandes pilares: o sistema político, o sistema económico e a relação com instituições internacionais.

6.2 Contributos práticos

Muitas das vezes quando se fala em harmonização contabilística ou IFRS, se tem a ideia de que são normas aplicadas por países desenvolvidos. Desde a criação do IASB que países em desenvolvimento têm optado também por implementar nos seus sistemas contabilísticos normas internacionais, e esse foi o caso de CV.

Este trabalho se debruça sobre um caso particular visto que, primeiramente CV é um país africano com uma pequena economia insular, ou seja, encontra-se de certa forma isolado dos outros países já que não se localiza no continente. Se diferencia de muitos países africanos visto que não sofreu de instabilidades políticas ou sociais, e é um país fraco em relação a recursos naturais. Mesmo fazendo parte do continente africano é um país que aposta mais nas relações com países estrangeiros principalmente europeus, mantém uma relação cordial e de interligação económica com o ex-colonizador apesar da história. Utilizando Angola a título de exemplo, ambos são países africanos, foram colonizados por Portugal e falam a mesma língua, mas é possível observar que CV tem um conjunto de fatores diferenciadores que faz com que o processo da adoção das IFRS se tenha dado mais cedo.

Para além disso durante o processo de pesquisa foi possível constatar que ainda não há nenhum estudo feito neste âmbito sobre CV, portanto ao que tudo indica este é o primeiro estudo acerca dos fatores que influenciaram a adoção das IFRS no país.

6.3 Limitações do estudo e sugestões para trabalhos futuros

O trabalho se debruça sobre o estudo de um caso único que apresenta características bastante particulares, logo se torna difícil generalizar devido à existência de características muito específicas. Para além disso, uma das limitações do estudo está relacionada com o tipo de metodologia adotada para a recolha de informações, as entrevistas, que exigiu bastante tempo, o que encurtou o tempo disponível para o tratamento das mesmas. Outra limitação se deve ao facto da fraca existência ou praticamente nula de documentação relacionada com o assunto que tratam da realidade cabo-verdiana, o que diminuiu as possibilidades de fontes de informação.

Sugiro o estudo sobre outros países com realidades que possam ser comparáveis com vista a compreender os impactos marginais dos fatores enumerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adhikari, A., & Tondkar, R. H. (1992). Environmental factors influencing accounting disclosure requirements of global stock exchanges. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 4(2), 75–105
- Al-Akra, M., Ali, M. J., & Marashdeh, O. (2009). Development of accounting regulation in Jordan. *The International Journal of Accounting*, 44(2), 163-186.
- Albu, N., Nicolae Albu, C., Bunea, Ş., Artemisa Calu, D., & Mădălina Girbina, M. (2011). A story about IAS/IFRS implementation in Romania. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1(1), 76-100.
- Alexander, D., Nobes, C. (2004). *Financial Accounting. An International Introduction*, 2^a Ed. Edinburgh Gate: Pearson Education Limited.
- Ali, M. J., & Ahmed, K. (2007). The legal and institutional framework for corporate financial reporting practices in South Asia. *Research in Accounting Regulation*, 19, 175-205.
- Alsharairi, M., & Al-Abdullah, R. J. (2008). The impact of adopting IASs on the Jordanian environment: The perspective of accountants, auditors and academicians' an exploratory study. In *International Conference on Business Globalization: Challenges and Opportunities in the 21st Century*.
- Ames, D. (2013). IFRS adoption and accounting quality: The case of South Africa. *Journal of Applied Economics and Business Research*, 3(3), 154-165.
- Antwi, S. K., & Hamza, K. (2015). Qualitative and quantitative research paradigms in business research: A philosophical reflection. *European Journal of Business and Management*, 7(3), 217-225.
- Arez, A. P., Snounou, G., Pinto, J., Sousa, C. A., Modiano, D., Ribeiro, H., ... & Do Rosario, V. E. (1999). A clonal Plasmodium falciparum population in an isolated outbreak of malaria in the Republic of Cabo Verde. *Parasitology*, 118(4), 347-355.

Ashbaugh, H., & Pincus, M. (2001). Domestic accounting standards, international accounting standards, and the predictability of earnings. *Journal of accounting research*, 39(3), 417-434.

Ashraf, J., & Ghani, W. I. (2005). Accounting development in Pakistan. *The International Journal of Accounting*, 40(2), 175-201.

Assenso-Okofu, O., Ali, M. J., & Ahmed, K. (2011). The development of accounting and reporting in Ghana. *The International Journal of Accounting*, 46(4), 459-480.

Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and business research*, 36(sup1), 5-27.

Barbu, E. (2004). L'harmonisation comptable internationale: d'un vagabondage comptable à l'autre. *Comptabilité Contrôle Audit*, 10(1).

Belkaoui, A. (1983). Economic, political, and civil indicators and reporting and disclosure adequacy: Empirical investigation. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2(3), 207-219.

Borges, M. & Morais, L. (2012). *Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. Relatório à Conferência Rio+20* [em linha]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf> [Acesso em: 05/05/2019].

Boubakri, N., Cosset, J. C., & Guedhami, O. (2005). Post-privatization corporate governance: The role of ownership structure and investor protection. *Journal of Financial Economics*, 76(2), 369–399.

Branco, L. P. S., & Góis, C. G. (2013). Relato Financeiro- A Importância e os Determinantes da Divulgação Voluntária. Análise da Divulgação Voluntária nas Empresas em Portugal. In *XIV congresso internacional de contabilidade e auditoria* (pp. 00186-8).

Bushman, R. & Landsman, W. R. (2010). The pros and cons of regulating corporate reporting: a critical review of the arguments. *Accounting and Business Research*, vol.40, no 3, pp. 259-73.

Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of accounting and economics*, 42(1-2), 107-148

Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of accounting and Economics*, 32(1-3), 237-333.

Callao, S., Jarne, J I., & Laínez, J. A. (2007). Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Jornal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16(2), 148-178.

Camfferman, K., & Cooke, T. E. (2002). An analysis of disclosure in the annual reports of U.K. and Dutch companies. *Journal of International Accounting Research*, 1, 3–30

Chau, G. K., & Gray, S. J. (2002). Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore. *The International Journal of Accounting*, 37(2), 247–265

Committee of European Securities Regulators- CESR (2003), Recommendation for additional guidance regarding the implementation of International Financial Reporting Standards (IFRS), European regulation on the application of IFRS in 2005, CESR/03-323e. [Em linha]. Disponível em: http://www.cmvm.pt/pt/Cooperacao/esma/DocumentosES-MACESR/Documents/recomendacao_orientacao_adicional_uk.pdf [Acesso em: 19/02/2019].

Cooke, T. E., & Wallace, R. O. (1990). Financial disclosure regulation and its environment: A review and further analysis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 9(2), 79-110.

Cordeiro, R., & Couto, G. (2008). O estado da arte na convergência contabilística internacional. *CEEApI-A-Working Paper Series*, 1-24.

Domingues, A., Correia e Silva, A., Amaral, I., Balena, I., Cabral, I. M., Albuquerque, L., Santos, M. E. M. & Torrão, M. M. (1991). História Geral de Cabo Verde, *Volume I*. Lisboa: IICT/DGPCCV

Doupnik, T. S., & Salter, S. B. (1993). An empirical test of a judgemental international classification of financial reporting practices. *Journal of International Business Studies*, 24(1), 41–60.

Doupnik, T. S., & Salter, S. S. (1995). External environment, culture and accounting practice: a preliminary test of a general model of international accounting development. *International Journal of Accounting*, 30, 189–207.

Dumontier, P., & Raffournier, B. (1998). Why firms comply voluntarily with IAS: an empirical analysis with Swiss data. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 9(3), 216-245.

Epstein, B. J. (2009). The economic effects of IFRS adoption. *The CPA Journal*, 79(3), 26-31.

Frankel, R., & Li, X. (2004). Characteristics of a firm's information environment and the information asymmetry between insiders and outsiders. *Journal of Accounting and Economics*, 37(2), 229-259.

Gaffikin, M. (2005). Regulation as accounting theory *Working Paper 05/09*: School of Accounting & Finance, University of Wollongong.

Gray, S. J. (1988). Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. *Abacus*, 24(1), 1-15.

HassabElnaby, H. R., Epps, R. W., & Said, A. A. (2003). The impact of environmental factors on accounting development: an Egyptian longitudinal study. *Critical Perspectives on Accounting*, 14(3), 273-292

Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 405-440.

Huafang, X., & Jianguo, Y. (2007). Ownership structure, board composition and corporate voluntary disclosure: Evidence from listed companies In China. *Managerial Auditing Journal*, 22(6), 604–619.

Internacional Organization of Securities Commissions- IOSCO (2000). IASC Standards-Assessment Report [Em linha]. Disponível em: <https://www.iosco.org/library/publications/pdf/IOSCOPD109.pdf> [Acesso em: 19/02/2019].

- Jaggi, B., & Low, P. Y. (2000). Impact of culture, market forces, and legal system on financial disclosures. *The international journal of accounting*, 35(4), 495-519.
- Joos, P., & Lang, M. (1994). The effects of accounting diversity: Evidence from the European Union. *Journal of Accounting Research*, 32, 141-168.
- Kogan, S., Levin, D., Routledge, B. R., Sagi, J. S., & Smith, N. A. (2009, May). Predicting risk from financial reports with regression. In *Proceedings of Human Language Technologies: The 2009 Annual Conference of the North American Chapter of the Association for Computational Linguistics* (pp. 272-280). Association for Computational Linguistics.
- Kothari, C. R. (2004). *Research methodology: Methods and techniques*. New Age International
- Krisement, V. e Strasse, O. (1997), An Approach for Measuring the Degree of Comparability of Financial Accounting Information, *The European Accounting Review*, 6(3), 465-485.
- La Porta, R. L., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1998). Law and finance. *Journal of political economy*, 106(6), 1113-1155.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). Legal determinants of external finance. *The journal of finance*, 52(3), 1131-1150.
- Lechman, E. (2014). Case study methodology. Few conceptual considerations. *Przedsiębiorstwo we współczesnej gospodarce—teoria i praktyka*, 12(4), 21-31.
- Mashayekhi, B., & Mashayekh, S. (2008). Development of accounting in Iran. *The International Journal of Accounting*, 43(1), 66-86.
- Medeiros, C. A. (1998). Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coréia. *economia e Sociedade*, 7(2), 151-172.
- Meyer, C. B. (2001). A case in case study methodology. *Field methods*, 13(4), 329-352.
- Miles, M. B., and A. M. Huberman. 1994. *Qualitative data analysis*. 2d ed. London: Sage.
- Mitnick, B. M. (1980). *The political economy of regulation: Creating, designing, and removing regulatory forms*. New York: Columbia University Press.

Mitnick, B. M. (1980). *The political economy of regulation: Creating, designing, and removing regulatory forms*. New York: Columbia University Press

Mustata, Razvan e Matis, Dumitru (2007), Measurement of need for harmonization between national accounting standards and international financial reporting standards, *Munich Personal RePEc Archive*, Nº 6183

Nashui, B. I. (1984). The accounting environment and some recent development in Turkey. *The International Journal of Accounting Education and Research*, 19(2), 93–123.

Nobes, C. (1998). Toward a general model of the reasons for international differences in financial reporting . *Abacus*, 34(2), 162-187.

Nobes, C. (1998). Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. *Abacus*, 34(2), 162-187.

OPACC (2017a). *ÀBACO REVISTA TÉCNICA. Edição nº 00* [Em linha]. Disponível em: http://site.opacc.cv/wp-content/uploads/2017/07/REVISTA-N1-OPACC_final_21-07.pdf [Acesso em: 11/03/2019].

OPACC (2017b). *ÀBACO REVISTA TÉCNICA. Edição nº 1* [Em linha]. Disponível em: http://site.opacc.cv/wp-content/uploads/2018/01/REVISTA-N1-OPACC_2017.pdf [Acesso em: 11/03/2019].

Pacter, P. (2005). What exactly is convergence? *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 2(1/2), 67-83.

Parker, R. H. (1989). Importing and exporting accounting: the British experience. *International pressures for accounting change*, 7-29.

Rankin, M.; Stanton, P.; McGowan, S.; Ferlauto, K.; Tilling, M. *Contemporary Issues in Accounting*; John Wiley & Sons Australia Ltd.: Singapore, 2012; ISBN 978-0-7303-0026-7.

Roberts, R. W., & Kurtenbach, J. M. (1998). State regulation and professional accounting educational reforms: An empirical test of regulatory capture theory. *Journal of Accounting and Public Policy*, 17(3), 209-226.

Scapens, R.W., (2004). Doing case study research. In C. Humphrey e B. Lee (Eds.), *The Real Life Guide to Accounting Research: A behind-the-scenes view of using qualitative research methods*. Elsevier, pp.257–279.

Securities and Exchange Commission. SEC (2007), *Acceptance From Foreign Private Issuers of Financial Statements Prepared in Accordance With International Financial Reporting Standards Without Reconciliation to U.S. GAAP*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.sec.gov/rules/final/2007/33-8879.pdf> [Acesso em: 20/02/2019].

Shangquan, G. (2000). Economic globalization: trends, risks and risk prevention. *Economic & Social Affairs, CDP Background Paper, 1*.

Shehadi, K. S. (2002). *Lessons in privatisation: Consideration for Arab States*. The United Nations Development Programme 2002.

Stake, Robert E. (2000). Case studies. In Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp.435-453).

Standish, P. (2003). Evaluating national capacity for direct participation in international accounting harmonization: France as a test case. *Abacus*, 39(2), 186-210.

Stigler, G. J. (1971). The theory of economic regulation. *The Bell journal of economics and management science*, 3-21.

Watts, R., e J. Zimmerman (1978), *Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards*, *The Accounting Review*, 53 (1), pp. 112-134

Yin, R., (1984). *Case Study Research: Design and Methods*, Beverly Hills, Calif: Sage Publications.

Yin, R.K., (2003). *Case study research: Design and methods* 3rd ed., Thousand Oaks: Sage Publications

Zainal, Z. (2007). Case study as a research method. *Jurnal Kemanusiaan*, 5(1)

Zeghal, D., & Mhedhbi, K. (2006). An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries. *The International Journal of Accounting*, 41(4), 373-386.

Zehri, F., & Chouaibi, J. (2013). Adoption determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by the developing countries. *Journal of Economics Finance and Administrative Science*, 18(35), 56-62.

Zhou, H., Xiong, Y., & Ganguli, G. (2009). Does the adoption of international financial reporting standards restrain earnings management? Evidence from an emerging market. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 13, 43.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 1/ 84- Critérios de Avaliação do Imobilizado .

Decreto-Lei n.º 12/2000- Criação da OPACC.

Decreto-Lei n.º 23229, de 15/11- Novo Método de Escrituração Contabilística. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/624839>. [Acesso em: 13/07/2019].

Decreto-Lei n.º 26/87- Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Decreto-Lei n.º 37/92- Regime dos Técnicos de Contas.

Decreto-Lei n.º 39/2003- Alteração ao PNC para integrar Contas para o IVA.

Decreto-Lei n.º 4/84- Plano Nacional de Contabilidade.

Decreto-Lei n.º 43/2008- Criação da CNNC.

Decreto-Lei n.º 5/2008- Adoção do SNCRF.

Decreto-Lei n.º 58/75- Criação do Conselho Deliberativo e um Secretariado Administrativo.

Decreto-Lei n.º 1/96 de 15 de janeiro- Aprovação do IUR.

Lei 78/VIII/2014- Aprovação do IRPS.

Lei 82/VIII/2015- Aprovação do IRPC.

Lei n.º21/VI/2003- Regulamento do IVA.

Lei n.º49/VIII/2013- Alteração para CIVA.

Lei n.º79/V/98 de 7 de dezembro- Aprovação do IUP.

A Adoção das IFRS em Cabo Verde: Fatores Influenciadores

Lei n.º 127/IV/95 de 26 de Junho- Aprovação do IUR.

Portaria n.º 3/ 84- Regras e taxas de Reintegração do imobilizado.

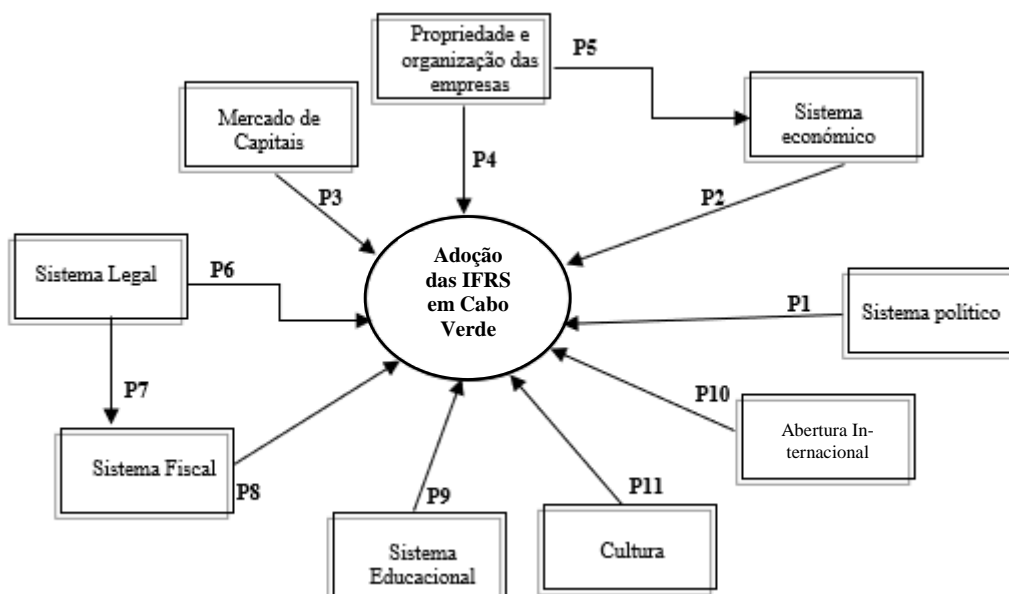
Portaria n.º 62/ 88- Regulação do Limite das Provisões.

Anexos

Anexo A- Caracterização dos Sistemas Contabilísticos (Nobes, 1998)

Influência	Anglo-Saxónica	Continental Europeia
Sistema Legal	Direito Inglês Flexível	Direito Romano Codificado
Financiamento	Investidores (Mercado de Capitais)	Credores (Banca ou Estado)
Profissão Contabilística	Forte Profissão antiga e com muito poder	Fraca Profissão recente e com pouco poder
Relação Contabilidade/ fiscalidade	Fraca ou Nula Separação de regras fiscais das contabilísticas	Forte Fiscalidade influência a contabilidade
Países	Austrália, Canadá Singa- pura, EUA e Holanda.	França, Portugal, Espa- nha, Japão e Itália.

Anexo B- Modelo conceptual



Anexo C- Guião de entrevista

Instituto Superior de Economia e Gestão

Guião de entrevista

Esta entrevista é realizada no âmbito do trabalho final de mestrado do curso de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Esta tem como objetivo recolher informações que permitam caracterizar o sistema contabilístico de Cabo Verde mais precisamente, os fatores que influenciaram o seu desenvolvimento.

Por forma a melhor conseguir aprofundar o assunto, esta é uma entrevista semi-estruturada na qual a qualquer momento o entrevistado pode sempre solicitar a reformulação das questões para seu melhor entendimento.

As informações aqui solicitadas serão utilizadas apenas para fins académicos, incluindo a gravação da entrevista.

Caracterização do entrevistado (Opcional)

Nome:

Sexo:

Idade:

Habilitações literárias:

Profissão:

Questões

1. Cabo Verde após a sua independência passou por algumas etapas no que diz respeito à formação do seu sistema contabilístico. Quais foram os marcos considerados como mais importantes no desenvolvimento contabilístico do país?
2. No período dessas reformas contabilísticas, em que circunstâncias (políticas, económicas) encontrava-se o país?
3. Como caracteriza o sistema económico do país?
4. Em 11 de maio de 1998, pela decisão do Governo, foi fundada a Bolsa de Valores de Cabo Verde. De que forma a existência de um mercado de capitais influencia ou afeta o crescimento económico do país?
5. A República de Cabo Verde quando comparada com outros Estados africanos é considerado como dos mais estáveis em termos políticos. Até que ponto acha que essa estabilidade afeta a economia e as normas contabilísticas do país?
6. O sistema fiscal é um fator importante quanto ao desenvolvimento da economia de um país. Como define o sistema fiscal de Cabo Verde?
7. Cabo Verde segue o sistema legal chamado *code-law system*. De que forma e a que nível existe uma relação entre o sistema fiscal e contabilístico do país?
8. Uma das grandes mudanças na década de 90 com o multipartidarismo foi o processo de privatização de empresas cabo-verdianas. De forma esse procedimento veio afetar a economia do país e quais foram as consequências?
9. Cabo Verde passa a ser considerado como país de rendimento médio, e em julho de 2008, membro efetivo da Organização Mundial do Comércio. Esses acontecimentos desencadearam alguma transformação na economia do país?
10. De que forma as relações que Cabo Verde mantém com o exterior influenciam as suas regras contabilísticas?
11. Como caracteriza o sistema educacional em Cabo Verde?

Anexo D- Entrevistas realizadas no âmbito do trabalho

Profissão	Entrevistados	Data	Duração	Forma
Ministro das Finanças de Cabo Verde	Entrevistado OC	30/07/19	36 min	Gravada
Auditor certificado	Entrevistado AF	02/08/19	58 min	Gravada
Auditora	Entrevistado AB	26/07/19	1 hr e 32 min	Gravada
Auditor certificado	Entrevistado MM	02/06/19	1 hr e 15 min	Gravada
Consultor privado e docente universitário	Entrevistado AM	17/08/19	32 min	Gravada
Bancário e Consultor Internacional de Planeamento e Finanças Internacionais	Entrevistado AS	08/07/19	35 min	Gravada
Auditor certificado	Entrevistado JM	01/05/19 + 28/07/19	51 min + 40 min	Gravada
Auditor	Entrevistado CG	11/07/19	58 min	Gravada
Advogado e Embaixador de Cabo Verde nos EUA	Entrevistado CV	26/07/19	20 min	Gravada

Anexo E- Critérios para a validade e fiabilidade do estudo

Validade e Fiabilidade

Objetividade/ Intersubjetividade

Os problemas relacionados com objetividade nos estudos de caso estão relacionados com a perda de neutralidade do autor na investigação. Isto muitas das vezes acontece devido ao facto de o investigador estar durante algum tempo em contacto com o objeto de estudo, podendo assim causar viés na pesquisa. Esse problema foi observado durante algumas fases de investigação, principalmente durante o período das entrevistas e análise das mesmas. Algumas dificuldades para manter a objetividade foram sentidas devido ao desconhecimento sobre alguns pontos em análise, as relações de familiaridade que se iam criando com os entrevistados e quando eram feitas perguntas mais sensíveis.

A questão derivada do desconhecimento de alguns assuntos foi ultrapassada explicando em primeiro lugar aos entrevistados o âmbito de estudo, as questões que precisavam ser respondidas e reformulando-as em alguns casos para melhor entendimento.

A segunda razão requereu um maior esforço por parte do investigador por ser uma questão difícil de ser superada. Foi necessário lembrar o objetivo do estudo e a melhor maneira como concretizá-lo, que é mantendo a neutralidade perante as informações. A resolução da última questão foi feita através da reformulação de questões e mereceu uma maior insistência por parte do entrevistador até conseguir as respostas para as respetivas questões. Neste ponto foi preciso saber estabelecer limites para o nível de insistência. Quanto ao critério da intersubjetividade, esta foi preenchida com a apresentação na fase de “preparação e recolha de evidências”. Este critério está relacionado com a possibilidade ou não de outros pesquisadores encontrarem as informações que deram origem às interpretações feitas no estudo.

- *Construct validity*- este critério se refere à validação dos dados recolhidos, que estes correspondam à realidade. Este foi validado através do método de triangulação aplicado na investigação, uma escolha criteriosa dos documentos e das entrevistas. O guião de entrevistas utilizado na realização das entrevistas foi também um meio que possibilitou garantir a *construct validity*, dado à utilização de algum critério na sua elaboração.
- *Validade interna*- o risco de se cumprir com este requisito deve-se ao facto de que o investigador após a recolha de informações pode proceder com algumas alterações de maneira que o faça mais lógica. Com estas alterações as informações podem passar a não corresponder à realidade. Este risco foi ultrapassado com a documentação de todas as informações recolhidas e mantendo a neutralidade na interpretação das mesmas.
- *Genelaração*- se baseia no pressuposto de que a teoria é aplicável em casos ou situações semelhantes. Este critério prevê que em situações semelhantes os resultados sejam replicados. Este critério pode ser validado através da triangulação e da utilização de diversas fontes de evidência. Neste estudo utilizou-se a triangulação dos dados obtidos para comparar as informações das diferentes fontes: entrevistas, análise documental e observação. Estas permitiram uma análise pormenorizada e a obtenção de resultados mais robustos.
- *Fiabilidade*- este critério diz respeito a se o investigador tomou as precauções necessárias para garantir a estabilidade dos resultados do estudo ao longo do

tempo. A fiabilidade se refere ao facto de os resultados do estudo permanecerem estáveis caso outros autores optem por realizar o mesmo estudo, mas com métodos diferentes. Neste ponto duas questões são tidas em conta: o mesmo estudo quando realizado por investigadores diferentes produziria o mesmo resultado? É possível que o mesmo estudo feito pelo mesmo investigador produza os mesmos resultados, mas com entrevistas diferentes? A questão é que estudos qualitativos quando realizados por investigadores diferentes, resultados diferentes são esperados. Mesmo que investigadores diferentes produzam resultados diferentes e cheguem a conclusões diferentes, a fiabilidade é um critério importante nos estudos. Esta depende da orientação do investigador, dos dados produzidos e da sua interpretação.

Anexo F- República de Cabo Verde (breve abordagem)

Cabo Verde, localizado a 500 km da costa ocidental africana, é um arquipélago constituído por dez ilhas de origem vulcânica das quais nove são habitadas. As ilhas encontram-se agrupadas em ilhas do Barlavento e ilhas do Sotavento. As ilhas que constituem o Barlavento são as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Sal, Santa Luzia (a ilha desabitada) e Boavista. Já as ilhas do Sotavento são as ilhas de Santiago, Fogo, Brava e Maio (Borges & Morais, 2012).

Descoberto em 1460 por exploradores portugueses, e povoado a partir de 1462 principalmente por europeus e escravos da costa ocidental africana, permaneceu como colónia portuguesa até 1975 (Domingues *et al.*, 1991). A sua capital é a cidade da Praia, localizada na ilha de Santiago, a qual foi uma das primeiras ilhas a serem povoadas.

O clima do país é classificado como um clima tropical seco onde existem dois períodos: o período seco, nos meses de Dezembro a Junho; e durante os meses de Julho a Novembro o período das chuvas (Arez *et al.*, 1999), ou como tradicionalmente conhecido “as águas”. O fator clima acaba por ser um condicionante para o desenvolvimento do país visto que, as chuvas além de escassas são instáveis (Borges & Morais, 2012). Esta limitação é observada desde o tempo da colonização, onde devido ao facto de não haver condições favoráveis para uma produção agrícola que interessasse a Metrópole, o país era utilizado como entreposto de escravos e mercadorias, abastecimento do tráfego marítimo

português e ponto de escala, em consequência da sua localização estratégica no cruzamento entre Portugal, África e Brasil (Domingues *et al.*, 1991).

A 5 de Julho de 1975, Cabo Verde passa a ser um país independente conduzido pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), sendo este o partido que esteve envolvido no processo de independência, antes denominado por Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Já em 1991, ano que vem representar um marco na sua história, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, com a vitória do novo partido denominado por Movimento para a Democracia (MPD). Este partido vem introduzir uma visão mais voltada para o mercado.

Algumas fases marcaram o processo de desenvolvimento económico do país. A primeira pode ser considerada a de 1975 a 1989, um período de reconstrução nacional após os anos de colónia e de lançamento de bases de desenvolvimento com o Plano Nacional de Desenvolvimento. O segundo período, anos de 1990 a 1999, foi dominado pelo pluralismo democrático, pelas privatizações e liberalização económica. Este foi um período marcado pela perspectiva de “reciclagem de ajuda” e tentativas de reformas económicas. Os anos de 2000 a 2015 representam um período onde se focou bastante na redução da pobreza, e durante este período vários foram os acontecimentos que marcam o desenvolvimento económico do país. Para além de uma parceria especial estabelecida com a EU, Cabo Verde passa a ser considerado como país de rendimento médio e membro efetivo da Organização Mundial do Comércio (OMC). A partir de 2016 a economia passa a ter uma perspectiva voltada para o investimento privado, período em que o turismo vem ganhar um maior peso na economia do país.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o arquipélago tem cerca de 491.875 habitantes, dos quais 61,8% vivem na zona urbana. Como um país de fracos recursos naturais, o sector que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) é o sector terciário, representando cerca de 71,09% seguido do sector secundário. Tendo em conta que uma menor parte da população se encontra na zona rural, o sector primário é o sector com menos peso no PIB do país.

Por ter sido uma colónia portuguesa a sua língua oficial é o português, embora a língua materna seja o crioulo, em que cada ilha tem a sua própria “variante”.